



Câmaras Brasileiras do **Comércio**

Relatório de Atividades 2017

Câmaras
Brasileiras do
Comércio

Relatório de Atividades 2017

Rio de Janeiro – RJ



Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Relatório de Atividades 2017 - Câmaras Brasileiras do Comércio

Presidente: Antonio Oliveira Santos

Vice-Presidentes: 1º – Josias Silva de Albuquerque, 2º – José Evaristo dos Santos, 3º – Laércio José de Oliveira. Abram Szajman, Adelmir Araújo Santana, Carlos de Souza Andrade, José Marconi Medeiros de Souza, José Roberto Tadros, Lázaro Luiz Gonzaga, Luiz Carlos Bohn e Luiz Gastão Bittencourt da Silva

Vice-Presidente Administrativo: Darci Piana

Vice-Presidente Financeiro: Luiz Gil Siuffo Pereira

Diretores: Aldo Carlos de Moura Gonçalves, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Bruno Breithaupt, Carlos Fernando Amaral, Daniel Mansano, Edison Ferreira de Araújo, Eliezer Viterbino da Silva, Euclides Carli, Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, Itelvino Pisoni, José Arteiro da Silva, José Lino Sepulcri, Leandro Domingos Teixeira Pinto, Marcelo Fernandes de Queiroz, Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues, Paulo Sérgio Ribeiro, Pedro José Maria Fernandes Wähmann, Raniery Araújo Coelho, Sebastião de Oliveira Campos e Wilton Malta de Almeida

Conselho Fiscal: Domingos Tavares de Souza, José Aparecido da Costa Freire e Valdemir Alves do Nascimento

Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio (ACBC)

Organização e produção: Andréa de Marins Esteves e Rosana Oliveira (ACBC)

Colaboração: Ascom-CNC

Capa e diagramação: Ana Carolina Silveira (Programação Visual/Ascom-CNC)

Revisão: Elineth Campos

Impressão: Gráfica Ultraset

C748c

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Câmara brasileira do comércio: relatório de atividades 2017 /
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – Rio
de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo, 2018.

80 p. ; 21 cm.

1. CNC. Câmaras do Comércio. I. Título.

CNC - RIO DE JANEIRO

Av. General Justo, 307 - CEP: 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - BRASÍLIA

SBN Quadra 1 Bl. B - nº 14 - CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.cnc.org.br



APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO	6
CÂMARA BRASILEIRA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS (CBCSI)	8
CÂMARA BRASILEIRA DE SERVIÇOS (CBS)	16
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO EXTERIOR (CBCEX).....	26
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS ÓPTICOS (CBÓPTICA)	34
CÂMARA BRASILEIRA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS (CBFARMA).....	42
CÂMARA BRASILEIRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CBMC).....	50
CÂMARA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CBTI)	56
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CBCGAL)	62
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS (CBCPAVE) ...	70
INFORMAÇÕES GERENCIAIS – RESUMO	78

Apresentação

O ano de 2017 foi muito produtivo para as Câmaras Brasileiras do Comércio, órgãos consultivos da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) cuja coordenação administrativa está a cargo da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio (ACBC), vinculada à Vice-Presidência Administrativa da CNC. Os debates atuais sobre os temas de interesse dos segmentos representados em cada uma das nove câmaras provaram-se alinhados com a discussão nacional em torno da retomada do crescimento do Brasil.

Temas como a alta carga tributária, os entraves burocráticos, o desempenho da economia e as reformas necessárias para o Brasil, notoriamente a reforma trabalhista, aprovada em agosto deste ano, foram alguns dos assuntos tratados, no intuito de auxiliar a Confederação a nortear suas ações nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e também com seus representados, os empresários do comércio de bens, serviços e turismo.

Apesar de os debates envolverem representantes de segmentos específicos (farmacêutico, óptico, autopeças, tecnologia da informação, gêneros alimentícios, comércio exterior, comércio e serviços imobiliários, materiais de construção e serviços em geral), as informações circulam por todas as Câmaras, criando uma integração e um trabalho conjunto que fortalece todas elas.

O *Informe Câmaras*, boletim enviado por e-mail a todos os 210 integrantes das Câmaras Brasileiras do Comércio, mantém todos a par das discussões, fomentando ainda mais o aprendizado e a troca de experiências. Da mesma forma, as notícias publicadas no site da CNC e na revista *CNC Notícias* dão ciência aos empresários e a toda a sociedade da atuação da Confederação e dos debates em cada câmara. Com essas ferramentas, pretendemos atingir o maior número de pessoas e, para 2018, aumentar ainda mais essa fonte de comunicação. A gente pode e ainda vai fazer mais.

As reuniões em 2017 também ganharam peso com a participação de parlamentares, magistrados, autoridades e especialistas, como o deputado federal Luiz Carlos Hauly, o professor e especialista em Relações do Trabalho José Pastore e o embaixador Carlos Márcio Cozendey, para citar alguns. O trabalho também se intensificou com o apoio das áreas técnicas da CNC, um instrumento fundamental para a atuação das Câmaras. A Assessoria junto ao Poder Legislativo (Apel), a Assessoria de Gestão das Representações (AGR), a Assessoria junto ao Poder Executivo (Apex), a Assessoria de Comunicação (Ascom) e as Divisões Jurídica, Sindical e Econômica dão suporte técnico às proposições formuladas pelas diversas câmaras. Também fundamental é o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), instituição que promove educação profissional voltada para o comércio de bens, serviços e turismo, e do Serviço Social do Comércio (Sesc), voltado para programas institucionais nas áreas de Assistência, Educação, Cultura, Saúde, Lazer e Turismo. O monitoramento dessas ações cabe à ACBC.

A participação das Federações do Comércio, responsáveis por indicar os representantes que compõem as Câmaras, também é fundamental e fortalece todo o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio, o Sicomércio. Com essa integração cada vez maior e a difusão das informações, com um debate de qualidade, é que esperamos contribuir para construir juntos um melhor ambiente de negócios para os nossos representados e o caminho da retomada do crescimento do País.

Darci Piana

Vice-presidente Administrativo da CNC

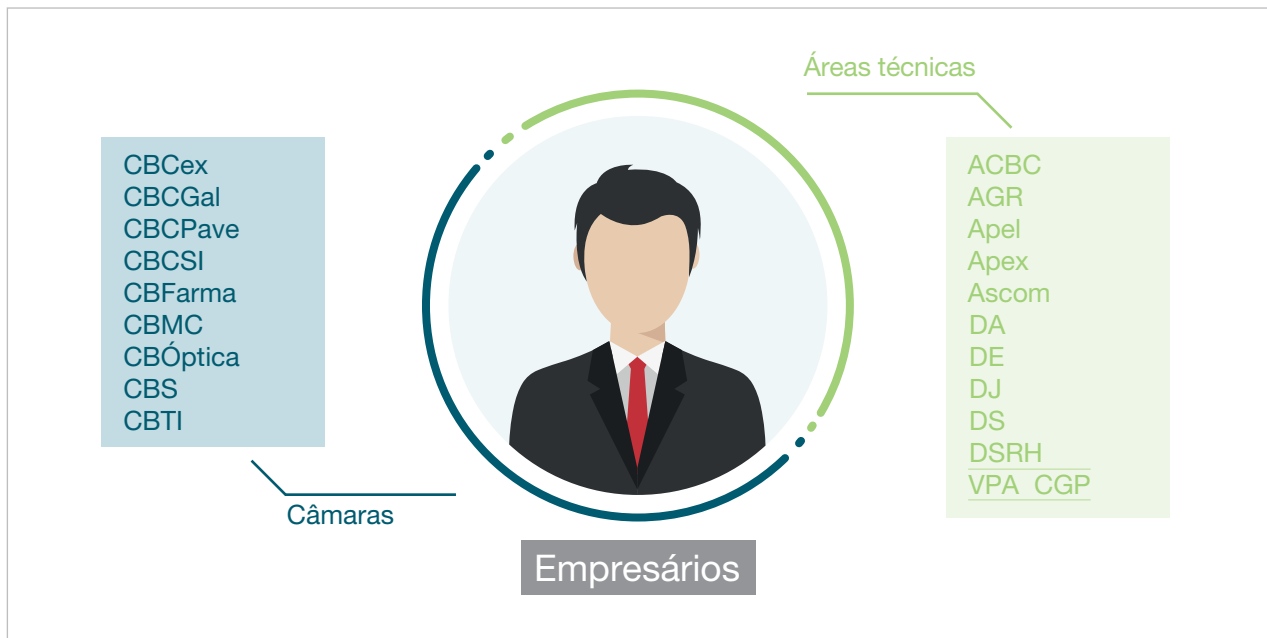


Imagem: Christina Bocayuva



Introdução

Câmaras e Áreas Técnicas da CNC



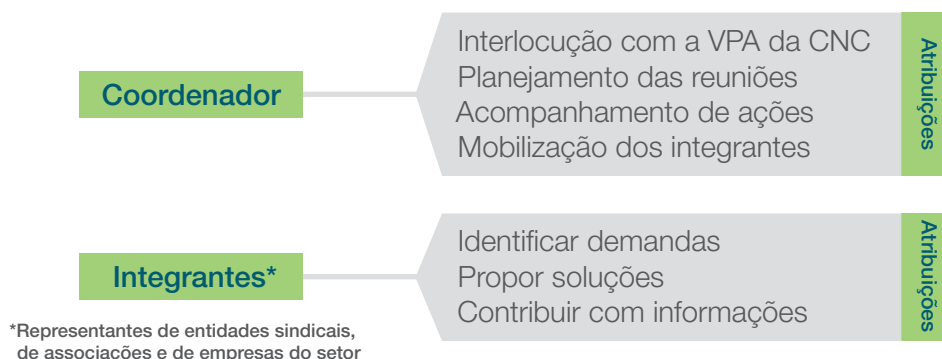
Objetivo das Câmaras

Órgãos consultivos da Presidência que têm o objetivo de realizar estudos e fornecer sugestões para as ações institucionais do Sistema Confederativo do Comércio (CNC-Sesc-Senac-Federações), no apoio e na defesa dos interesses das categorias econômicas por elas representadas, e são compostas por lideranças empresariais e sindicais dos respectivos setores.

Visão das Câmaras

Espaço efetivo para propor, apoiar e acompanhar ações voltadas ao desenvolvimento do setor que representam.

Composição das Câmaras





CBCSI

Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI)

Coordenador

Pedro José Wähmann



Imagem: Paulo Negreiros

Integrantes

- Ariano Cavalcanti de Paula
- Deborah O'dena Mendonça
- Elísio Cruz Júnior
- Fernando Amorim Willrich
- Fernando Rezende Carvalho
- Germano Botelho Belchior
- Hubert Gebara
- Inaldo Dantas
- Ioav Blanche
- Juarez da Silva Sabino
- Juarez Gustavo Soares
- Kelsor Fernandes
- Leandro Ibagy
- Luís Antônio Langer
- Luiz Carlos Borges da Silva
- Marco Sérgio Pessoz
- Marcos Augusto Netto
- Moacyr Schukster
- Nilo Zampieri
- Ovídio Maia Filho
- Pedro Carsalade
- Pedro Fernandes
- Renato Alexandre Maciel Gomes
- Roberto Sérgio Cunha
- Ronaldo Fernandes Pereira
- Rubens Carmo Elias Filho
- Sérgio Luiz dos Santos

Quantidade total de integrantes:

28

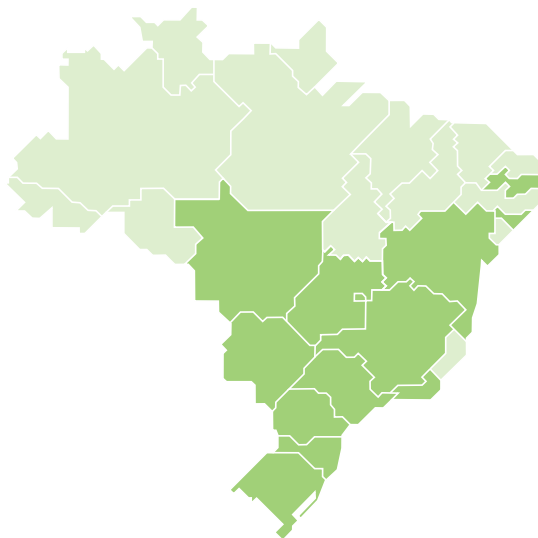
Outros integrantes:

- ABADI/RJ
- AADIC-CE
- ADEMI-ES
- OAB-SC
- APISB-Chave Fácil-PR
- ABMI
- AABIC-SP
- SECOVI-PE
- SECOVI-TO
- SECOVI-RN
- SECOVI-UBERLÂNDIA

Reuniões em 2017:

- 22/03 – CNC/DF
- 25/09 – CNC/RJ
- 07/12 – CNC/DF

Estados integrantes do Sicomércio



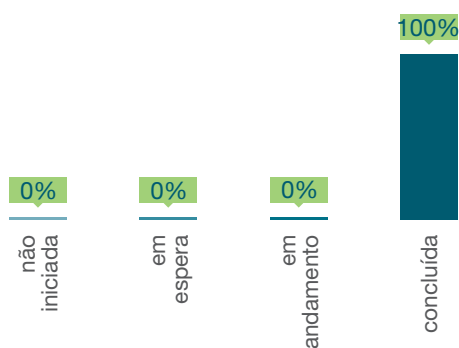
Objetivos identificados

- Debater, por intermédio das Coordenações Temáticas e do Plenário da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários, ações de tratamento de problemas pontuais oriundos do ambiente legislativo e do próprio ambiente de mercado, além daqueles de interesse comum;
- Visando subsidiar a Diretoria da CNC, encaminhar, por meio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio, uma visão geral desses debates, oferecendo estudos e sugestões para a ação política em defesa dos problemas que mais interferem no segmento representado pelos Secovis do Brasil, disponibilizando informações específicas do segmento, e as metas desejadas para defesa de interesses do setor de comércio e Serviços Imobiliários.

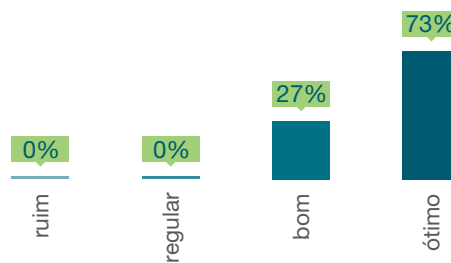
Temas abordados nas reuniões

- 19º Conami – Salvador;
- Cenário de vendas em 2016;
- Contribuição sindical;
- Destaques do acompanhamento legislativo;
- Distrato dos contratos imobiliários e na área de loteamentos;
- Lei nº 13.465/2017 – Condomínios de Lotes;
- Lei de Licenciamento Ambiental;
- Novas diretrizes trabalhistas e as empresas imobiliárias;
- Perspectivas 2017;
- PL 3.876/2015 – Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos Municípios;
- Relação Corretor X Imobiliária;
- Terrenos de Marinha; e
- Questões relativas ao síndico externo.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

Setor imobiliário ganha indicador sobre comportamento do mercado

A Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI) reuniu-se na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Brasília, em 22 de março, com o objetivo de discutir assuntos em prol do avanço do trabalho do setor. Entre eles, análises de índices colhidos nos últimos três anos (2014, 2015 e 2016), no que diz respeito à locação e à venda de imóveis residenciais e comerciais; perspectivas 2017 sobre o mesmo tema; necessidades de avanço e mudanças para a manutenção das imobiliárias diante do quadro econômico atual do País; e principais projetos de lei acompanhados pela Câmara no Congresso Nacional.

Sob a coordenação de Pedro Wähmann, o evento contou com a participação do vice-presidente Administrativo da Confederação, Darci Piana, que ressaltou a melhora do trabalho nas Câmaras do Comércio ligadas à CNC: “No setor de serviços terceirizados, por exemplo, estamos criando uma única câmara nacional de serviços (que engloba qualquer tipo de serviço terceirizado – de vigilância, limpeza,

segurança, entre outros), com a participação de 26 entidades representantes de serviços”, disse Piana, ao reafirmar o apoio à CBCSI, que mantém sua estrutura independente.

Pedro Wähmann destacou o “Indicador Nacional da Pesquisa”, que tem sido realizada em 16 estados, apresentando o comportamento do mercado no Brasil diante dos índices colhidos nos últimos três anos. Entre eles estão: rentabilidade acumulada de salas comerciais; benefícios aos representados; valor e variação do imóvel residencial para venda.

“O que mostramos hoje é um trabalho que pode nos nortear, mensalmente, com dados facilmente adquiridos pelos empresários do setor no nosso portal”, explicou Wähmann, ao destacar o interesse em ajudar o empresário.

Mercado de locação e vendas

Segundo o coordenador de locação da CBCSI, Leandro Ibagy, em breve análise do mercado de locação no Brasil, indicadores deixam claro que “juros e desemprego inviabilizam o sonho do locatário de ter seu próprio imóvel”.

Ibagy apresentou dados sobre a movimentação do mercado de locação em 2016, como o expressivo volume de imóveis não residenciais em oferta, “o que leva à redução dos valores de aluguel de imóveis comerciais”. Segundo os dados do mercado, em 2016 os preços de locação e venda caíram 12,5% e 7,8%, respectivamente. “Além disso, o IGP-M está decolando, e o imóvel ainda está em processo de queda”, finalizou Leandro Ibagy.

A convidada Moira de Toledo, da empresa Rede Avançada de Locação (RAL), apresentou o atual quadro da locação no Brasil e seu trabalho com foco no aperfeiçoamento da Lei do Inquilinato. Ela destacou a falta de segurança jurídica atualmente enfren-

Imagem: Paulo Negreiros



Darci Piana fala do apoio da CNC ao avanço das Câmaras do Comércio, durante reunião em Brasília



De pé, Pedro Wähmann destacou a realização do XIX Conami, prevista para o período de 1º a 3 de novembro, em Salvador

tada pelo empresário do setor no País, o que também inviabiliza investimentos externos.

Expectativas de locação residencial em 2017

A locação residencial está em processo de aceleração e continuará crescendo em 2017; o estoque atual está equilibrado para atender a essa nova realidade. A CBCSI crê em queda no preço do aluguel para atrair inquilinos e sugere adoção de políticas de estímulo à locação de imóveis comerciais (como inovar a oferta, já deixando os imóveis mobiliados, por exemplo).

Nilo Zampieri, do Secovi-AL, apresentou dados econômicos, como taxas de juros, relativos ao comércio de imóveis lançados ou usados. Ele analisou os atuais dados como entraves para o avanço do setor.

Juarez Soares, do Espírito Santo, destacou pesquisa realizada com foco na valorização do imóvel nos últimos dez anos naquele estado brasileiro: “Comparamos os valores dos imóveis com fundos de investimento. Chegamos ao resultado de que houve, sim, uma valorização do imóvel nos últimos dez anos. A rentabilidade imobiliária foi maior, compa-

rada com renda fixa, Ibovespa, CUB-ES, poupança, IGP-M, IPCA e dólar”.

Já Marcos Augusto Netto, coordenador de incorporação, declarou que “o mercado está mudando, e os investidores já estão a par disso”, ao falar sobre a relação do corretor com a imobiliária e sobre o distrato dos contratos.

Proposições legislativas

Moacyr Schukster, coordenador de condomínios, pontuou alguns projetos de lei acompanhados com um foco maior pela Câmara, por motivo de divergência. “Somos divergentes de propostas que sugerem que: os condomínios sejam pessoas jurídicas; os síndicos sejam admitidos como empregados; haja limitação do processo de reajuste das taxas de condomínio; haja proibição do uso de carpete; seja construída em todos os condomínios uma sala de 60 metros quadrados para uso dos empregados; o locatário tenha voto em assembleia em detrimento do proprietário do imóvel, entre outros temas que prejudicam os avanços do setor, como o severo reajuste do IPTU”, destacou Schukster.

CBCSI: síndico como contratado pode gerar passivo trabalhista

A Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários, da CNC, reuniu seus membros no dia 25 de setembro, no Rio de Janeiro, para análise dos temas que impactam diretamente a atividade imobiliária no País.

Um dos assuntos debatidos pelos membros da câmara foi a mudança que a Lei nº 13.467/2017, que moderniza as relações do trabalho e passa a vigorar a partir de novembro, traz para a cobrança da contribuição sindical, que deixa de ser compulsória.

Marcio Miranda, advogado do Secovi-PE, informou que está em produção um estudo em conjunto com advogados de outras unidades do Secovi no País para identificar a melhor maneira de enviar os boletos de cobrança da contribuição.

Síndico como empregado

Os membros da CBCSI avaliaram, ainda, durante a reunião projetos de lei que afetam a atividade imobiliária no País, como o PL nº 6.518/2009, de autoria do deputado Federal Vicentinho (PT-SP), que sugere acréscimo de dispositivo ao Código Civil para autorizar a assembleia de condôminos a contratar síndico como empregado. “No momento em que o síndico se torna empregado, cria-se um enor-

me passivo trabalhista”, apontou Pedro Wähmann, coordenador da Câmara da CNC e presidente do Secovi Rio. Outros membros da CBCSI também apontaram os perigos que o Projeto de Lei traz em seu escopo, sobretudo quanto à importância de se preservar a figura do administrador, além de uma possível necessidade de regulamentação da profissão de síndico – que não é uma profissão, e sim uma função –, caso a propositura prospere.

Conami 2017

A convocação para que os Secovis de todo o País impulsionem as inscrições para o Congresso Nacional do Mercado Imobiliário (Conami) também ganhou espaço na pauta.

O evento será realizado em Salvador, de 1º a 3 de novembro, no Hotel Deville, em Itapuã. Organizado pelo Secovi-BA, a 19ª edição do Conami pretende reunir cerca de 500 participantes para promover um debate sobre os principais temas de interesse do segmento. O coordenador da CBCSI será um dos palestrantes do Congresso, no dia 1º de novembro. Wähmann apresentará, em conjunto com outros presidentes de Secovis, a palestra *Em busca de soluções para o setor habitacional no Brasil*.

Imagem: Christina Bocayuva



Reunião avaliou projetos de lei como o nº 6.518/2009, que cria a figura do síndico como empregado do condomínio

CBCSI debate reforma trabalhista

A CBCSI reuniu-se pela última vez em 2017 no dia 7 de dezembro, em Brasília, para avaliar as iniciativas implementadas ao longo do ano e projetar ações futuras. O encontro contou com a participação de representantes dos sindicatos da habitação (Secovis) de todo o País, constituídos por empresas de compra, venda, locação, administração de imóveis e dos condomínios residenciais e comerciais.

O coordenador da Câmara e presidente do Secovi Rio, Pedro Wähmann, procedeu à abertura da reunião e apresentou o advogado trabalhista Allexsandre Gerent, convidado para fazer uma explanação sobre o impacto da reforma trabalhista no ramo imobiliário. Wähmann fez um alerta, afirmando que “o cenário é imprevisível, devido à recente aprovação das novas regras, mas é importante começarmos a tratar do assunto desde já, para estarmos preparados diante de todas as possibilidades”.

Em sua apresentação, Gerent destacou alguns pontos da reforma trabalhista que devem ser vistos com cautela por parte dos sindicatos e dos empregadores. A rescisão de contrato de trabalho com duração superior a um ano sem necessidade de homologação pelo sindicato do empregado, por exemplo, foi citada como um dos fatores que demandam precaução. “A ação trabalhista nasce no momento em que uma rescisão contratual é feita de maneira displicente. Caso o trabalhador não tenha mais o amparo do sindicato para repassar cada tópico da rescisão, quem terá de fazer isso será o empregador. E se esse processo não for feito de maneira correta, pode gerar ações trabalhistas.”

Outro tópico destacado por Gerent para que seja tratado de maneira cuidadosa foi o teletrabalho. “O trabalho a distância pode gerar uma série de complicações, como exigência de hora extra por excesso de metas ou até mesmo problemas ergonômicos, no caso de a estrutura do local de trabalho não ser adequada. Precisamos aguardar para ver como os juízes vão reagir a essa matéria, para adotar uma postura”, disse.

Por outro lado, o advogado ressaltou um ponto positivo nas novas regras. Para ele, a prevalência do negociado em norma coletiva sobre o legislado, com a possibilidade de redução do intervalo intrajornada, beneficia ambos os lados. “Como vai ser possível diminuir o in-



Imagem: Edgar Marra

Convidado pela CBCSI, o advogado trabalhista Allexsandre Gerent explicou alterações da reforma trabalhista

tervalo entre as jornadas, o empregado poderá reduzir o seu intervalo ou horário de almoço para que chegue em casa mais cedo ao fim do expediente. Muitos trabalhadores têm duas horas de almoço e gostariam de utilizar parte desse tempo de outra maneira”, afirmou o advogado.

Atuação constante

Após o debate com Allexsandre Gerent, os participantes abordaram matérias legislativas que estão em andamento e interferem no segmento imobiliário. Moacyr Schukster, presidente do Secovi/RS, alertou para a proposta de regulamentação da profissão de síndico. “A possibilidade de se contratar um síndico como empregado do condomínio gera preocupação. Quem é a favor da proposta não se dá conta de que síndico não é profissão, e sim uma função, e essa função é exercida 24 horas por dia sete dias por semana, o que pode implicar inúmeras complicações judiciais envolvendo hora extra e outros quesitos”, avaliou.

Leandro Ibagy, coordenador de Locação da CBCSI, chamou a atenção para a necessidade de sensibilizar o Poder Judiciário no sentido de acelerar o andamento dos processos imobiliários: “Um motivo de preocupação decorrente das recentes alterações no Código Civil é a cronologia do julgamento dos processos. Uma sentença de despejo por falta de pagamento feita em 2015, por exemplo, está sendo julgada somente no final deste ano. Esse tipo de causa é sobre um prejuízo que aumenta a cada 30 dias, avolumando conflitos e perdas; portanto, precisamos ter uma resposta mais célere do Judiciário nesse tipo de causa”.

Galeria de fotos

Imagem: Christina Bocayuva



Imagem: Christina Bocayuva

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Christina Bocayuva

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Paulo Negreiros



CBS

Câmara Brasileira de Serviços (CBS)

Coordenador
Jerfferson Simões

Imagem: Paulo Negreiros



Integrantes

- Aguinaldo Rodrigues
- Cátilo Cândido
- Daniel da Silva Amado Felício
- Daniel Mansano
- Edgar Segato Neto
- Emerson Casali
- Ermínio A. de Lima Neto
- Francisco Camargo
- Haroldo Silveira Piccina
- Jeferson Furlan Nazário
- João Batista Diniz Júnior
- José Antônio Belló
- José Carlos Barbosa
- José de Alencar L. Magalhães
- Márcio Henrique Vincenti Aguilar
- Maria Cristina Cameirão da Motta Franco
- Maurice Braunstein
- Odair Conceição
- Paulo Cesar Nauiack
- Ricardo Costa Garcia
- Selma Migliore
- Sérgio Paulo Gallindo
- Valdir Pietrobon
- Vander Morales
- Wolnei Tadeu Ferreira

Quantidade total de integrantes:

26

Outros integrantes:

- ABRASCE
- ABERT
- ABES
- AEPS-RJ
- ABF
- ABESE
- ABRH BRASIL
- BRASSCOM
- CEBRASSE
- FENASERHTT
- FRENTE PARLAMENTAR DE SERVIÇOS
- SINFAC-RS
- SIRECOM-PR

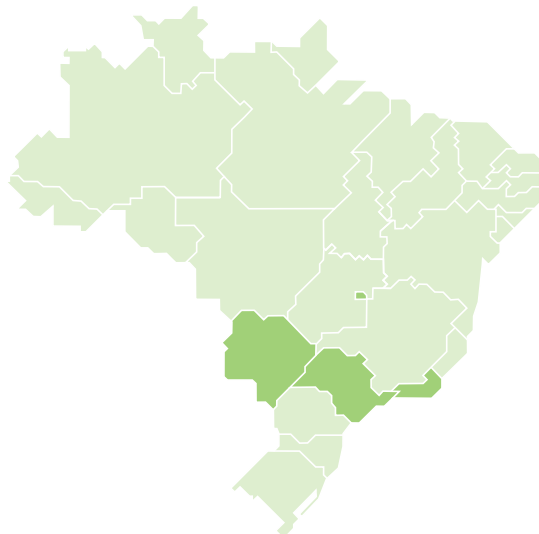
Reuniões em 2017:

25/04 – CNC/DF

12/07 – CNC/DF

03/10 – CNC/DF

Estados integrantes do Sicomércio



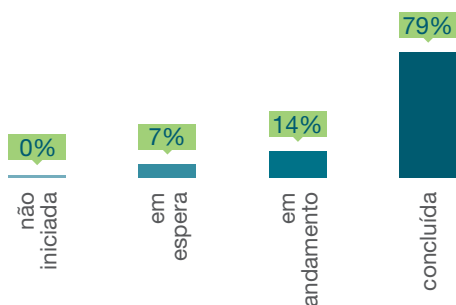
Objetivos identificados

- Aumentar o número de representantes na Câmara Brasileira de Serviços (CBS), dando maior representatividade ao setor de serviços no Brasil;
- Trabalhar nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na defesa do setor de Serviços, com o apoio da CNC.

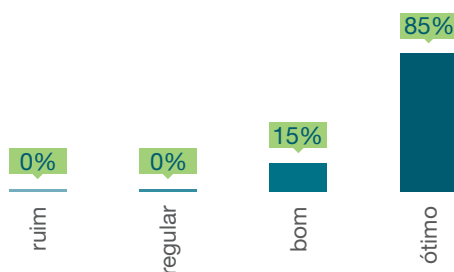
Temas abordados nas reuniões

- PL 6.787/2016 – (Reforma Trabalhista) – Que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências;
- PEC 287/2016 – (Reforma Previdenciária) – Que altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências;
- Medida Provisória 766 – (Novo Refis) – Que institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- PLS 559/2015 – (Licitações) – Que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- PLC 30/2015 – (Terceirização) – Que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes;
- PLC 61/2016 – Que altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas;
- Alteração Tributária PIS e Cofins;
- Reforma Sindical;
- Estudo do Setor de Serviços para 2017;
- Primeiro Encontro Nacional dos Sindicatos Patronais do Setor de Serviços;
- Reforma tributária;
- Ingresso como *amicus curiae* na ADI que questiona a nova Lei de Terceirização;
- Veto 52/2016 à Lei Complementar nº 116/2003;
- Convenção 158 da OIT – MSC nº 59/2008;
- eSocial – Solicitação de adiamento da implantação do eSocial em face da necessidade de ajuste às novas regras da reforma trabalhista;
- PL 5.100/2013 – Estabelece que a atualização financeira dos contratos de serviço passa a ser obrigatória na data-base da categoria, devendo haver disposição expressa nos termos assinados;
- PL 4.302/2012 – Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público;
- PL 6.814/2017 – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;
- Escolha de nova data para o evento do setor de serviços; e
- Como as entidades sindicais patronais estão pensando em financiar suas estruturas com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

Câmara Brasileira de Serviços debate reformas do governo

Imagem: Paulo Negreiros



*Vice-presidente
Laércio Oliveira
falou sobre a Lei
da Terceirização*

A Câmara Brasileira de Serviços realizou, em 25 de abril, a sua primeira reunião deste ano para discutir extensa pauta de temas de interesse, especialmente na área legislativa. Os participantes ouviram também palestra do vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e deputado Federal, Laércio Oliveira (SD-SE), que falou sobre a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista.

O dirigente da CNC pediu apoio dos membros da Câmara de Serviços à campanha que está promovendo nas redes sociais em defesa da reforma trabalhista e da terceirização, de cujo Projeto foi relator. “Temos recebido ataques, muitas vezes gerados por desinformação. E este é o objetivo: esclarecer o que é, como se dá e quais benefícios gera para trabalhadores e empresas”, explicou.

O coordenador da CBS, Jerfferson Simões, elogiou o trabalho de Laércio Oliveira como representante dos empresários, “exercendo sua liderança no setor com muita firmeza, apesar dos ataques que sofreu”.

Pauta legislativa

Integrantes debateram a pauta de proposições legislativas, estabelecendo estratégias e ações no Congresso Nacional. Entre os Projetos estavam as reformas trabalhista (Projeto de Lei nº 6.787/2016) e da Previdência (PEC 287/2016).

Também foi abordado o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559/2013. A matéria institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

A intenção do Projeto é modificar toda a legislação sobre licitações, fazendo com que o preço não seja mais o fator decisivo para a determinação do vencedor de uma licitação, especialmente em obras e serviços especializados, destacou o assessor Legislativo Reiner Leite. Os membros da Câmara sugeriram a criação de um dispositivo que vise estabelecer o cumprimento do contrato, principalmente no que tange ao pagamento dos serviços prestados, sobretudo pelo setor público.

Jerfferson Simões anunciou que ainda este ano será realizada pesquisa nacional com o objetivo de criar uma identidade do setor. “Queremos mostrar o que têm, o que fazem e no que os serviços beneficiam a sociedade e a atividade econômica.”

Por fim, o dirigente anunciou a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sindicatos Patronais do Setor de Serviços. O tema central proposto é a reforma trabalhista. Mais informações em <http://migre.me/wwAIIm>

Sistema tributário em debate na Câmara Brasileira de Serviços

A Lei da Terceirização, a proposta de reforma tributária e o chamado “novo Refis” foram os principais temas debatidos pelos membros da CBS, da CNC, reunidos em 12 de julho, em Brasília. O coordenador, Jerfferson Simões, destacou que o trabalho da Câmara vem ganhando mais expressão devido ao envolvimento e à participação das entidades do setor e ao fundamental apoio dos assessores e técnicos da CNC.

O advogado da Divisão Jurídica Ary Soares relatou o andamento do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), conhecido como novo Refis. Já regulamentado pela Receita Federal, com ele é possível parcelar dívidas de impostos vencidos até 30 de abril deste ano. Ele alertou para o prazo final de adesão, que é dia 31 de agosto.

Segundo o advogado, a Medida Provisória enviada pelo governo prevê diferentes formas de regularização das pendências tributárias e dá descontos que, no pagamento à vista, podem chegar a até 90% dos juros e 50% das multas. O parcelamento máximo será de 180 meses.

Alteração tributária PIS/Cofins

Os participantes debateram a alteração tributária decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede o governo federal de incluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para Jerfferson Simões, é preciso ficar



Imagem: Paulo Negreiros

Jerfferson Simões: engajamento cada vez maior

atento aos desdobramentos dessa decisão, que, a seu ver, pode implicar aumento da carga tributária para o setor de serviços.

Pela atual tributação de PIS e Cofins, as empresas estabelecidas sob o regime de lucro presumido – uma forma de tributação simplificada – pagam alíquota menor, de 3,65% (0,65% de PIS e 3% de Cofins). Essa categoria reúne justamente as empresas do setor de serviços, cujo maior custo costuma ser o de mão de obra e quase não tem insumos para gerar créditos tributários para compensar o imposto maior.

Reforma tributária

O advogado Ary Soares falou, ainda, sobre a proposta de reforma tributária. O Projeto prevê a extinção de sete tributos federais – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e salário-educação –, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS – estadual) e do Imposto sobre Serviços (ISS – municipal).

Em troca, seriam criados outros três: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o Imposto Seletivo e a Contribuição Social sobre Operações e Movimentações Financeiras. A nova contribuição seria usada para permitir a redução das alíquotas da contribuição previdenciária paga pelas empresas e pelos trabalhadores. Conforme o relato de Ary Soares, a iniciativa também prevê a criação de um Superfisco estadual responsável pelo IVA, que incidiria sobre o consumo de qualquer produto e serviço.

ADI a favor da terceirização

O advogado da Divisão Sindical (DS) da CNC Alain Mac Gregor informou que a DS está realizando estudos para que a CNC entre no Supremo Tribunal Federal como *amicus curiae* (interessado que ingressa no processo para fornecer subsídios ao órgão jurisdicional para o julgamento da causa) na

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em defesa do texto da Lei nº 13.429/2017, a chamada Lei da Terceirização.

O STF já recebeu cinco ações questionando a Lei, que, entre outras medidas, libera a contratação indireta de funcionários para todas as atividades das empresas, inclusive a atividade fim.

Acompanhamento legislativo

Felipe Oliveira, da Assessoria Legislativa da CNC, falou sobre as ações em relação a proposições de interesse em tramitação no Congresso. Segundo ele, três outras propostas são prioritárias: a PEC nº 287/2016, a chamada reforma da Previdência; o PLS nº 559/2015, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; e o veto à Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal.

No encerramento da reunião, os membros da CBS discutiram a realização do Encontro Nacional dos Sindicatos Patronais do Setor de Serviços para debater quatro temas prioritários: reforma tributária, convenção coletiva, terceirização e reforma trabalhista. Foi criada uma comissão, para estruturar o evento.



Imagem: Paulo Negreiros

Órgão consultivo da CNC reuniu seus membros em Brasília

Câmara de Serviços prepara raio X do setor



Imagem: Márzúl Stumano

Membros da Câmara da CNC, em Brasília: reunião de dados das entidades-membro pode contribuir para pesquisa

A CBS está elaborando documento que retrata o que é e o que representa o setor de serviços. O anúncio foi feito pelo coordenador, Jefferson Simões, durante reunião do órgão realizada no dia 3 de outubro, em Brasília.

Segundo ele, a Câmara planeja uma pesquisa com a Divisão Econômica da Confederação. Parte fundamental desse trabalho são os dados das 23 entidades integrantes da Câmara, como faturamento, número de empregados, etc. “Consolidaremos um documento que servirá de suporte a discussões que venhamos a ter com o governo”, afirmou Simões.

A reforma trabalhista e seus reflexos no cotidiano empresarial também concentraram parte dos debates na reunião da CBS. Os empresários ouviram exposição do advogado Roberto Lopes, da Divisão Sindical da CNC, esclarecendo dúvidas e orientando sobre procedimentos para adequação à nova legislação.

O principal avanço na reforma (Lei nº 13.467/2017), enfatizou Lopes, está na valorização da negociação coletiva (negociado sobre legislado) como instrumento de regulamentação das condições do trabalho, sem a extinção de direitos dos trabalhadores e retirando da tutela estatal parte da regulamentação das relações do trabalho. “A reforma trabalhista é um marco his-

tórico para a economia. Os empresários terão a necessária segurança jurídica para realizar contratos”, disse o coordenador da CBS, Jefferson Simões.

O advogado Roberto Lopes fez ainda breve explanação sobre o fim da contribuição sindical compulsória. Com a nova redação dos artigos 578 e 579 da CLT, a contribuição passa a ser facultativa, condicionada à autorização de uma categoria econômica, profissional ou de uma profissão liberal. De acordo com Lopes, caberá às entidades sindicais se mostrarem mais atrativas e representativas. Segundo ele, produtos e serviços poderão fazer a diferença, assim como a participação efetiva na negociação coletiva.

Convenção 158 da OIT

Já o representante da Assessoria Legislativa da Confederação Reiner Leite falou sobre aspectos legislativos da Mensagem nº 59/2008, do Poder Executivo, que visa ratificar a Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual proíbe a demissão imotivada de trabalhador. O assessor enfatizou que a matéria já foi rejeitada em duas comissões de mérito na Câmara dos Deputados e que a CNC atua no Congresso para que o assunto não prospere.

eSocial

O advogado Antonio Lisboa, da Divisão Sindical, informou sobre o andamento das negociações em relação ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Por esse sistema, que começa a vigorar em 2018, os empregadores comunicarão ao governo, de forma unificada, informações relativas aos trabalhadores, como contribuições previdenciárias, folha de pagamento e Fundo de Garantia.

Segundo Lisboa, o Grupo de Trabalho (GT) Confederativo do eSocial – que reúne as principais Confederações patronais – alinhou posição quanto à impossibilidade de cumprimento do cronograma previsto para o Sistema. O GT levará ao governo federal a proposta de implantação por etapas do eSocial, sem alteração do cronograma, isto é, entra em vigor em janeiro de 2018 o que for possível, e, a partir daí, as demais etapas, de acordo com a possibilidade do programa.

Novo Refis

O advogado Ary Jorge Soares, da Divisão Jurídica da CNC, falou sobre a aprovação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, da Emenda Aglutinativa que alterou o texto da Medida Provisória (MP) nº 783/2017,

a qual cria o novo programa de parcelamento de dívidas com a União, o chamado novo Refis.

Como avanços para o setor produtivo, Soares destacou a prorrogação do prazo de adesão, agora até 31 de outubro, para redução de multas e aumentos nos descontos. Possibilita, ainda, usar créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos próprios relativos a tributos administrados pela Receita Federal (RF), além da utilização de imóvel do contribuinte para pagamento da dívida, desde que aceito pela RF.

Matérias legislativas

Empresários e executivos ouviram também relato do assessor legislativo Reiner Leite sobre a tramitação de proposições de interesse no Congresso, como o Projeto de Lei (PL) nº 5.100/2013, estabelecendo a atualização financeira dos contratos de serviço; o PL nº 4.302/2012, que assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações assim que verificado atraso no pagamento de obra, serviço ou fornecimento contratado pelo poder público; e o PL nº 6.814/2017, que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Leia mais em bit.ly/CBS-1017.

Galeria de fotos

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Márzuli Stumano

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Márzuli Stumano



Imagem: Paulo Negreiros



CBCex

Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex)

Coordenador

Rubens Torres Medrano



Imagem: Christina Bocayuva

Integrantes

- Aderson Santos da Frota
- Adilson Puertes
- Almir Batista de Santana
- Edevaldo Xavier de Oliveira
- Fernando Franco de Azevedo Santos
- Gutemberg Uchôa de Araújo Júnior
- Henry Uliano Quaresma
- José Augusto de Castro
- José Marcos de Andrade
- Luís Kleber da Silva Brandão
- Luiz Carlos Bohn
- Luiz Fernando Coelho Brandão
- Marcílio Rodrigues Machado
- Marcus do Nascimento Cury
- Rudi Marcos Maggioni
- Rui Lemes
- Verônica Maria de Paula Gurgel do Amaral
- Wilton Malta de Almeida

Quantidade total de integrantes:

19

Outros integrantes:

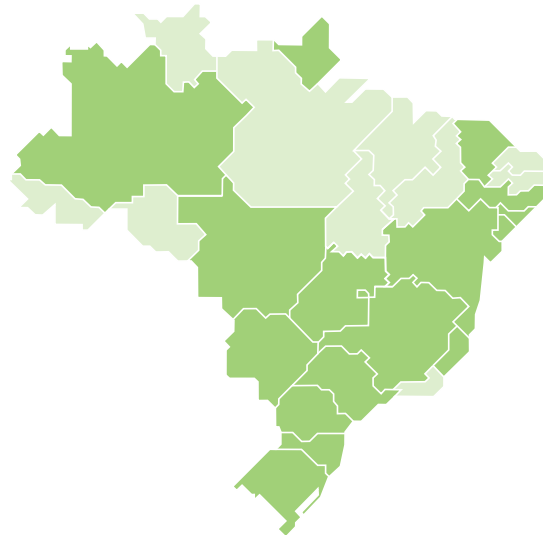
- AEB

Reuniões em 2017:

15/05 – CNC/RJ

14/08 – CNC/RJ

Estados integrantes do Sicomércio



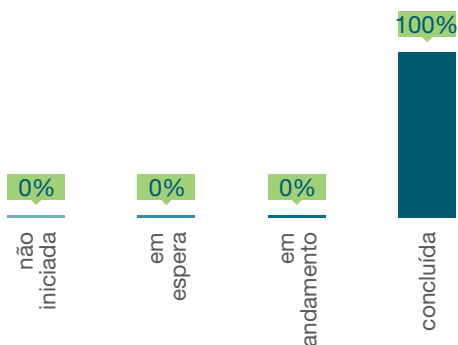
Objetivos identificados

- Participar, colaborar e interagir com outros departamentos da CNC, em especial a Assessoria de Gestão das Representações (AGR), a Divisão Econômica (DE), a Assessoria junto ao Poder Executivo (Apex) no relacionamento com entidades governamentais brasileiras, MDIC/MRE/Camex/Min. da Fazenda-Receita Federal/Apex, no sentido de que o Sistema Confederativo do Comércio possa participar ativamente nas discussões, sugestões e elaborações de políticas de comércio exterior do País;
- Participar e municiar a Assessoria junto ao Poder Legislativo (Apel) com subsídios e sugestões sobre matérias de interesse tramitando no Poder Legislativo;
- Interagir com as demais Câmaras Brasileiras do Comércio nos trabalhos que envolvam a área de abrangência da CBCex, no sentido de inserir as micros, pequenas e médias empresas dos setores de bens e de serviços nas atividades de importação e exportação;
- Constituir, em parceria com a Divisão Econômica, um Banco de Dados de Comércio Exterior simplificado que dê suporte às ações da Câmara;
- Desenvolver contatos e uma maior interação com as entidades do meio acadêmico FGV/Funcex, que exercem uma importante participação no cenário brasileiro em relação a temas de comércio exterior;
- Estreitar relacionamentos e eventuais parcerias com outras entidades empresariais – AEB/CNI/CNA/CNT/CEB em assuntos que englobem as atividades da CBCex;
- Estabelecer contatos com embaixadas e entidades internacionais de fomento e desenvolvimento do comércio internacional entre os seus respectivos países e o setor de comércio e serviços do Brasil;
- Colaborar com o Senac com sugestões para a criação de cursos de capacitação de profissionais especializados em comércio internacional.

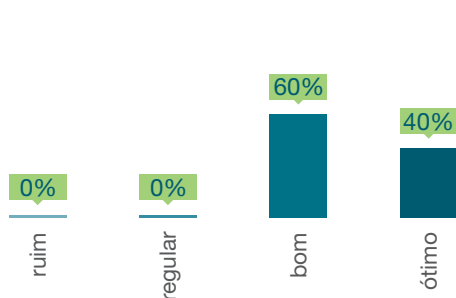
Temas abordados nas reuniões

- Facilitação de Comércio – Portal Único;
- Exposição de dados do comércio exterior;
- PL 7.583/2014 – Obriga a que os produtos importados comercializados tragam informações a respeito da submissão às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal;
- PL 227/2007 – Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências;
- PL 4.726/2016 – Altera o art. 23 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para excluir as importações por conta e ordem de terceiros, bem como as importações por encomenda, da presunção de interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior;
- Medida Provisória 765/2016, de 29 de dezembro de 2016 – Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais, reorganiza cargos e carreiras, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, e dá outras providências;
- Negociações – União Europeia-Mercosul; e
- Negociações de acordos comerciais.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

Desembaraço aduaneiro em pauta com diretor do MDIC

Empresários da área de comércio exterior tiveram a oportunidade de expor suas demandas durante reunião da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizada pela entidade, no Rio de Janeiro, no dia 15 de maio.

Na ocasião, os membros da Câmara receberam Flávio Augusto Trevisan Scorza, diretor do Departamento de Competitividade no Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Scorza apresentou novidades sobre o Portal Único de Comércio Exterior, iniciativa do Ministério para reduzir prazos e custos e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. As principais demandas do empresariado nessa área foram expostas de forma clara: mais segurança jurídica nos processos administrativos e nos despachos aduaneiros, além da otimização dos fluxos de despachos, por meio da diminuição dos órgãos anuentes ou pela unificação destes.

“O Brasil não está poupando esforços no sentido de desempenhar um papel mais eficiente no controle de exportações e importações”, afirmou Flávio Scorza, citando como exemplo o controle sanitário exercido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nos aeroportos. Segundo o diretor do MDIC,



Imagem: Christina Bocayuva

Darci Piana, Flávio Scorza e Rubens Medrano: Portal Único de Comércio e Comitê Nacional de Facilitação foram analisados durante encontro

o projeto do Portal Único é uma oportunidade para avançar não só na área tecnológica, mas também na reestruturação de todo o processo que envolve a exportação de produtos e serviços, considerando os diferentes modelos de negócios e as logísticas atreladas a eles. “O governo brasileiro tem feito um trabalho de recuperação do tempo perdido”, contextualizou Rubens Medrano, coordenador da CBCex, que abriu o encontro ao lado do vice-presidente Administrativo da Confederação, Darci Piana, destacando a intenção positiva do governo brasileiro de dar prioridade a um segmento importante para a saúde econômica do País.

Confac quer participação do setor privado para alcançar efetividade

Flávio Scorza falou também, durante a reunião da Câmara, sobre o Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac), colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que pretende harmonizar as atividades de órgãos do governo federal que atuam no comércio exterior. “O objetivo é que o comitê seja impulsionado, contemplando as demandas reais do empresário de comércio exterior”, afirmou o diretor do MDIC.

Voltando ao Portal Único de Comércio Exterior, Scorza destacou que o projeto segue as diretrizes de *single window* que estão presentes no Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) – trata-se de uma interface única para processamento de todas as informações, de maneira interligada. “Podemos ir além dos princípios do Acordo da OMC, para dar publicidade às tratativas, revisar periodicamente a regulamentação e promover o gerenciamento de riscos”, disse Flávio Scorza. Nessa fase do projeto, explicou, o Portal vai trabalhar com as exportações realizadas via transporte aéreo, por meio dos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Galeão (RJ) e Confins (MG), sujeitas a controle apenas da Receita Federal.

Economia

Ao participar da reunião, o chefe da Divisão Econômica da CNC, Carlos Thadeu de Freitas, foi taxativo: o empresário padece ou com a burocracia ou com o câmbio. “Em reais, o Brasil tem dificuldades. E a fragilidade do País no setor público é uma realidade. Não há funcionários e não haverá no futuro. Até acertar o

passo sobre o âmbito da dívida pública, o governo vai contingenciar gastos”, diagnosticou.

Já Izis Ferreira, economista da Confederação, apresentou aos membros da CBCex o modelo de um banco de dados, já em funcionamento, que reúne informações estatísticas para os empresários da área. Estão disponíveis para os participantes planilhas com informações da balança comercial de bens, com séries mensais e anualizadas, tendo como fonte as informações da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC. O banco de dados também compila informações do comércio exterior de serviços, com base no balanço de pagamentos apresentado mensalmente pelo Banco Central (BC), além dos dados sobre os fluxos cambial, comercial e financeiro, tendo também como fonte o BC.

Legislação

Durante a reunião da CBCex, foram analisadas, com participação de Elielson Almeida, da Assessoria Legislativa (Apel) da CNC, algumas proposições em trâmite no Congresso Nacional e de interesse do segmento. O Projeto de Lei (PL) nº 7.583/2014, por exemplo, que obriga a que produtos importados comercializados apresentem informações de adequação às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal, foi bastante debatido – a CNC trabalha pela rejeição do Projeto.

Também foi analisado o PL 227/2007, que trata da movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, entre outros pontos. A Medida Provisória nº 765/2016, que, entre outros pontos, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho para aposentadorias e pensões, também foi analisada.

Imagem: Christina Bocayuva



Reunião da Câmara do Comércio Exterior da CNC foi realizada no Rio de Janeiro

Mudança de tom nos acordos traz desafios para setor de serviços



Imagem: Christina Bocayuva

Membros da Câmara do Comércio Exterior da CNC expuseram ao embaixador Cozendey principais demandas do empresariado

O governo brasileiro pretende modificar sua postura em relação aos acordos de comércio exterior para estimular a competitividade da indústria brasileira e do segmento de serviços, visando à realização de negócios com países de maior potencial competitivo. A informação é do embaixador Carlos Márcio Cozendey, que participou, no dia 14 de agosto, no Rio de Janeiro, de reunião da CBCex da CNC.

“Ter conhecimento sobre as negociações que estão acontecendo é importante. Sobretudo na área de serviços, nossa grande carência é a identificação de interesses, ou seja, quais são os setores nos quais o Brasil tem potencial para a exportação de serviços e onde há interesse de países estrangeiros em receber esses serviços, para que possamos traduzir isso nos acordos”, disse Cozendey. “Temos um bom conhecimento da legislação brasileira quanto a acesso, salvaguardas e restrições, mas, na hora de fazer nossos pedidos na área de serviços, ainda estamos carentes. Precisamos de um mapeamento de potenciais”, destacou.

Sobre o cenário das relações de comércio exterior, Cozendey destacou que a política brasileira sempre

foi muito defensiva nessa área, no sentido de procurar espaços para manter certo grau de proteção. “Esta estratégia passou por mudanças nos anos 1990, mas, desde então, não houve grandes movimentos de alteração. Recentemente, essa parcela de inserção do Brasil no comércio exterior tem se mostrado insuficiente, ficando de 25% a 26% a presença nos mercados globais”, disse o embaixador.

Convergência

De acordo com Cozendey, há uma convergência para inserir a economia brasileira no mercado internacional como elemento de indução de competitividade, e nesse contexto está a agenda atual de negociações de comércio exterior. Ele informou que hoje o Brasil mantém negociações regionais relevantes, como os acordos de livre-comércio com Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela, negociados no fim dos anos 1990 e que chegam, agora, a sua maturidade, ou seja, no fim dos processos de redução das tarifas de importação. “A nova etapa vai

nos levar a acordos mais desafiantes com países mais desenvolvidos, como o acordo do Mercosul com a União Europeia, que vai colocar o Brasil em condições de negociar com produtores mais competitivos. Por meio de políticas de apoio, pretendemos dar tempo para adaptação da indústria nacional, para que ela se especialize”, explicou Cozendey.

O vice-presidente Administrativo da CNC, Darci Piana, avaliou como estratégica a presença do embaixador na reunião da CBCex. “Nós tivemos uma visão panorâmica de como o governo está encarando a questão do comércio exterior. Por vezes, como empresários, achamos que precisamos de soluções rápidas, em uma semana ou um mês. Comércio exterior é área cujos resultados se dão em médio e longo prazos, e temos que reconhecer o esforço da diplomacia brasileira dentro dessa nova perspectiva”, afirmou.

Para o coordenador da Câmara, Rubens Medrano, o recado do governo foi animador. “São informações que nos dão certo alento, uma vez que o comércio exterior será de grande valia para ajudar o Brasil a sair da crise em que se encontra. E fora o aspecto econômico, as Federações do Comércio representadas nesta câmara poderão receber insumos para nortear suas bases empresariais quanto a essa nova realidade”, pontuou. “É importante, ainda, que os setores de serviços e turismo se engajem, via CBCex, para tratamento desses temas, uma vez que hoje temos um mundo cada vez mais globalizado.”



Imagem: Christina Bocayuva

O embaixador Carlos Márcio Cozendey, em reunião da CBCex: proposta é induzir competitividade das empresas brasileiras

Matérias legislativas

Ainda na reunião da CBCex, o assessor legislativo da CNC Elielson Almeida abordou o andamento do Projeto de Lei nº 7.583/2014, que obriga a que os produtos importados comercializados tragam informações a respeito da submissão às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal.

Galeria de fotos



Imagens: Christina Bocayuva





CBÓptica

Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica)

Coordenador

André Luiz Roncatto



Imagem: José Roberto Couto

Integrantes

- Akira Kido
- Aldison Wiseman Barros de Lyra
- Antônio Josiel S. Souza
- Artur Keunecke
- Célia de Souza da Silva
- Denério Rosales Neumann
- Gustavo C. Moraes
- Jodeon S. Silva
- José Alberto Pereira
- José Bezerra de Souza
- José Fernando F. da Silva
- Juarez G. da Hora
- Luiz Carlos Trindade da Cruz
- Manoel Procópio da Silva Filho
- Paulo Caçado Gonçalves
- Roberto Tenedini
- Rogério Martins Pacheco
- Silvino J. Rodrigues de Souza

Quantidade total de integrantes:

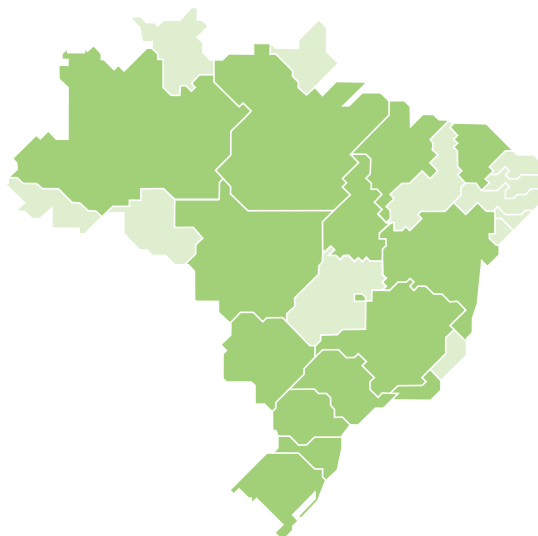
19

Reuniões em 2017:

28/04 – CNC/RJ

27/11 – CNC/DF

Estados integrantes do Sicomércio



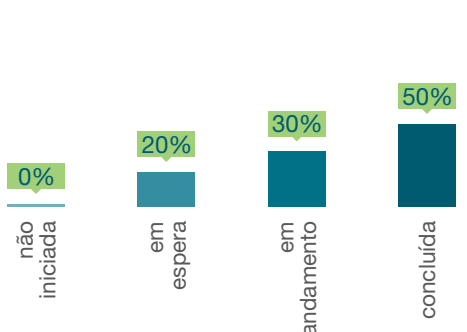
Objetivos identificados

- Entre os desafios da CBÓptica, destacamos a promoção de práticas relacionadas ao combate ao comércio ilegal de produtos ópticos, bem como o desenvolvimento de ferramentas capazes de reconstruir um ambiente favorável às boas práticas comerciais. A dedicação foi canalizada em ações de ampliação do entendimento da importância do estreitamento com a sociedade organizada no chamamento para somar esforços com as representações públicas, construindo possibilidades de avançar na diminuição das ilegalidades;
- Tratar de temas relacionados ao comércio de produtos ilegais;
- Estabelecer o Marco Regulatório do Setor Óptico, dando sequência aos esforços no parlamento brasileiro para a adoção de novos conceitos para os estabelecimentos e serviços ópticos;
- Fixar o conceito do produto óptico como elemento voltado à saúde e a atuar em conjunto com o Senac na busca por soluções e pela viabilização de projetos de qualificação do profissional óptico, atendendo a uma nova realidade sinalizada por formatos mais ágeis e de menor investimento;
- Unificar programas e fixar mais unidades na área da saúde ocular ficaram registradas como parte dos objetivos da CBÓptica, como forma de crescimento do varejo óptico;
- Formular propostas de ampliação dos programas voltados ao atendimento e à prevenção da saúde ocular da população.

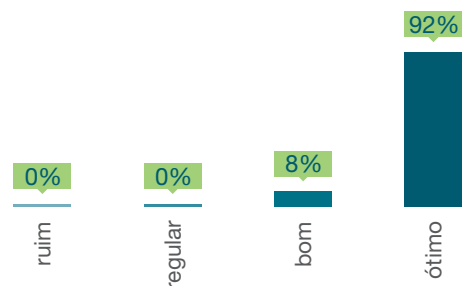
Temas abordados nas reuniões

- SCD 7/2017 (PL 5.534/2005) – Torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato;
- PL 4.008/2015 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de certificação de óculos e lentes ópticas;
- PL 7.412/2017 – Dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins;
- Status do “Projeto Ver para Aprender nas Empresas”;
- Curso de Técnico em Óptica – Adequação aos propósitos do mercado;
- Status das Normas da ABNT – Inovações que podem impactar negativamente na saúde da população e para o mercado varejista óptico;
- Comércio Informal de Produtos Ópticos;
- Convite Multidisciplinar (Abióptica) – CB 49 – Elaboração de normas para o varejo óptico; e
- A prática da optometria sob a óptica do varejo.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

CBÓptica debate projetos do Sesc e do Senac para o setor



Imagem: José Roberto Couto

Integrantes da CBÓptica discutiram o projeto Ver para Aprender, do Sesc, e a oferta de cursos de Técnico em Óptica, do Senac

Projetos do Sesc e do Senac voltados para o setor óptico foram discutidos na última reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizada em 28 de abril, no Rio de Janeiro.

O chefe do Departamento de Lazer e Esporte do Sesc, Anderson Dalbone, apresentou dados de 2016 do projeto Ver para Aprender, que consiste em levar assistência em saúde visual a crianças e adolescentes, com consultas e doações de óculos. No ano passado, o projeto realizou mais de 15 mil triagens de acuidade visual em 13 estados e na unidade do Sesc Pantanal. Além disso, foram 2.951 óculos doados ao público beneficiado.

Sobre a atuação voltada para comerciários e seus dependentes (adultos), o Ver para Aprender promoveu, em 2016, mais de 15 mil consultas com oftalmologistas em oito estados, por meio das unidades operacionais do Sesc. “O diálogo e a aproximação com o Sesc são fundamentais. Fica a recomendação para os membros da Câmara, no intuito de oferecer essa expertise do Sesc e de colaborar para que cada

vez mais haja acertos e êxitos no projeto”, disse André Roncato, coordenador da CBÓptica.

Curso Técnico em Óptica

A assessora do Departamento Nacional do Senac Daniela Papelbaum, em conjunto com o gerente de Educação do Senac no Rio Grande do Sul, Roberto Berte, que participou da reunião por videoconferência, apresentou a atualização do curso de Técnico em Óptica do Senac.

O curso teve as diretrizes ajustadas para atender às necessidades do mercado e para que a base seja igual em todo o Brasil. “Com isso, conseguimos definir um perfil de profissional que esteja de acordo com o que o mercado de óptica espera”, disse Roberto Berte. O curso passará a ser oferecido via EAD, em um piloto no Rio Grande do Sul, sendo 20% do currículo em modo presencial, mas a avaliação da CBÓptica é que o curso poderia ser feito com 50% (o máximo permitido para cursos da Saúde, segundo o Conselho Nacional de Educação).

CBÓptica analisa informalidade no comércio de produtos ópticos

Em reunião na CNC em Brasília, no dia 27 de novembro, a CBÓptica debateu temas de interesse do empresariado do setor, sob a coordenação de André Roncato.

Entre as preocupações prioritárias, destaca-se o comércio informal de produtos ópticos. Segundo os membros da Câmara, essa ilegalidade tem fechado as portas dos estabelecimentos legítimos, abertos por empresários que cumprem as obrigações legais efetuando o pagamento de impostos e contribuições tributárias. “Estamos lidando com um crime organizado. Infelizmente, é o Brasil e o consumidor que estão perdendo”, ressaltou o coordenador da Câmara, André Roncato. “Por outro lado, a CNC tem uma representação no Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), do qual sou representante, e esperamos superar esse problema”, disse Roncato.

Empresários X contrabando

A pirataria e o contrabando foram tratados com descontentamento pelos empresários do ramo. “A informalidade está crescendo de forma desgovernada”,

afirmou Akira Kido, do Sindióptica-SP, ao falar da má fiscalização governamental e da apreensão de produtos pirata por parte do governo.

Segundo ele, há pouca apreensão de produtos ilegais, enquanto os legítimos empresários do setor sofrem ameaças. Na mesma linha, Paulo Gonçalves, do Sindióptica-MG, citou os shoppings informais em seu estado, que atendem e prescrevem lentes a preços irrisórios. Como outro exemplo, José Fernando da Silva, representante do Sindióptica-DF, citou a feira dos importados, na capital da República, “onde há venda ilegal de produtos falsificados e poucas ações de apreensão destes”, afirmou.

A qualificação dos profissionais por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial foi citada por Silvino de Souza, do Sindióptica-RJ, também como possível ação de combate ao comércio ilegal. “Precisamos nos unir e nos organizar, pois até mesmo os comerciantes ambulantes que vivem nas ruas o fazem”, complementou. Ao propor maior união para divulgação nacional, como ação de combate à pirataria e ao contrabando, Juares Gonçalves da Hora, coordenador substituto da CBÓptica, ressaltou: “Quem mais precisa saber a respeito é o consumidor”.

Imagem: Paulo Negreiros



Empresários do órgão de assessoramento da CNC reuniram-se em Brasília



André Roncatto, coordenador da Câmara: consumidor perde com produtos ilegais

Matérias legislativas

A Câmara discutiu os Projetos de Lei de interesse do setor óptico aos quais a Assessoria Legislativa da CNC é favorável, porém com ressalvas. Com relação ao PL nº 4.008/2015, que dispõe também sobre a obrigatoriedade de certificação de óculos e lentes ópticas, o assessor Legislativo da Confederação Douglas Pinheiro afirmou: “Vamos trabalhar para que o Projeto seja mantido com o texto inicial, que proíbe a comercialização de óculos e lentes ópticas, de grau ou não, sem certificado de garantia do fabricante”.

A chefe da Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da CNC, Wany Pasquarelli, enfatizou a importância da união do setor para a representatividade nas discussões do Grupo Multidisciplinar

do Varejo na ABNT, que pretende elaborar texto de normas de boas práticas para o varejo óptico. O setor tem de identificar a necessidade de regulamentação. Caso contrário, precisa contrapor os interesses da Abióptica, que almeja a certificação dos selos. “Estima-se que o varejo óptico tenha 34 mil estabelecimentos, porém está sendo pouco representativo em seus interesses. É preciso organização do setor, pois as associações não têm a legalidade e a legitimidade que nós temos”, disse Wany.

A prática da optometria na visão do varejo

“O Projeto de Lei nº 4.008/2015 foi uma mudança na calada da noite”, disse o convidado Fábio Luiz da Cunha, advogado do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria (CBOO), pessoa jurídica de natureza privada e caráter associativo. “O CBOO, apesar de não ter poder fiscalizatório, está sempre de portas abertas para a CNC, assim como estará de portas abertas a qualquer entidade que necessite de apoio. Lutar junto conosco para combater esse tipo de prática, como a da Abióptica, é legítimo. Estamos aí para ajudar a buscar soluções juridicamente plausíveis”, complementou.

Ao finalizar a reunião, o coordenador da Câmara falou da necessidade de avançar e protagonizar ações para que o setor continue sendo destaque no varejo, “inclusive com a regularização da profissão de optometrista, realizada hoje por técnico profissional que, pelo exame do olho, diagnostica falhas de refração e prescreve lentes e/ou exercícios apropriados”, pontuou André Roncatto.

Galeria de fotos

Imagens: José Roberto Couto



The image features a background composed of several overlapping geometric shapes. A large, light green shape with a white grid pattern is the central focus. To its right is a light blue shape, also with a white grid pattern. In the bottom-left corner, there is a dark teal shape with a white grid pattern. The text 'CBFarma' is centered within a white rectangular box that overlaps the green and blue areas.

CBFarma

Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma)

Coordenador

Lázaro Luiz Gonzaga

Imagem: Paulo Negreiros



Integrantes

- Antônio Roberto Bonfim
- Carlos Baptista Dias
- Carlos de Souza Andrade
- Diocesmar Felipe de Faria
- Domingos T. de Sousa
- Edenir Zandoná Junior
- Edison Gonçalves Tamascia
- Edson Daniel Marchiori
- Fábio R. Timbó Silveira
- Felipe Antônio Terzeo
- Francisco das Chagas Almeida Gomes
- Geraldo Monteiro
- Gladstone N. Frota
- Hebert Almeida de Cunha
- João Arthur Prudêncio Rego
- Joaquim Tadeu Pereira
- José Antônio Vieira
- Laydson de Castro Duarte
- Leomar Rehbein
- Luzia Diva Cunha Dutra
- Marcelo Fernandes de Queiroz
- Marcos Antônio Carneiro Lameira
- Natanael Aguiar Costa
- Oscar Yazbek Filho
- Ozeas Gomes da Silva
- Paulo Maia
- Pedro Zidoi Sdoia
- Romildo Marcos Letzner
- Sergio Mena Barreto

Quantidade total de integrantes:

30

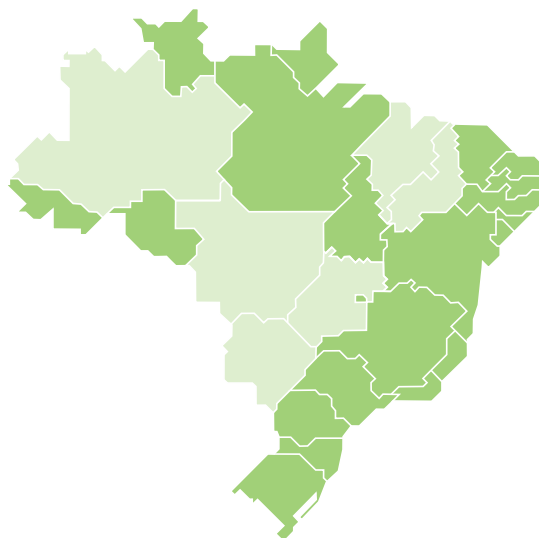
Outros integrantes:

- ABRADILAN
- ABCFARMA
- ABRADIMEX
- ABAFARMA
- ABRAFARMA
- FEBRAFAR

Reuniões em 2017:

17/05 – CNC/DF
31/10 – CNC/DF

Estados integrantes do Sicomércio



Objetivos identificados

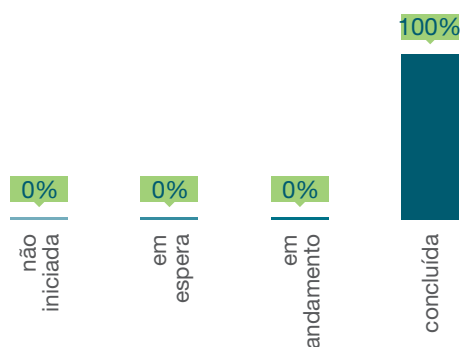
- Assegurar o acesso direto da população aos mais diversificados tratamentos de saúde, flexibilizando a complexa legislação do setor;
- Acompanhar e apontar as iniciativas necessárias para o bom funcionamento do ramo, transcorrendo os vários cenários encontrados no território nacional por meio da presença de membros situados em vários estados;
- Nortear os processos de tomada de decisão das entidades que representam o setor, promovendo a coesão e o fortalecimento da defesa dos interesses do comércio de produtos farmacêuticos;
- Subsidiar os debates do setor com pareceres das Divisões Jurídica e Sindical da CNC, bem como com acompanhamentos legislativos realizados pela Apel e por outras áreas técnicas da CNC que eventualmente poderão ser demandadas;
- Atuar como difusor de medidas e encaminhamentos que possam auxiliar e prover o desenvolvimento do comércio de produtos farmacêuticos em todo o território nacional;
- Promover a coesão necessária para que a avaliação dos fatores que influenciam o setor possa equalizar as divergências socioeconômicas do País e fortalecer o empresariado por meio de ações convergentes e sólidas;
- Discutir, com a participação dos membros representantes de todos os Estados, temas de relevância para o segmento, de forma a que sejam delineados os contornos e as diversidades das regiões do Brasil que, independentemente de suas peculiaridades, devem seguir o mesmo parâmetro legislativo e regulatório.

Temas abordados nas reuniões

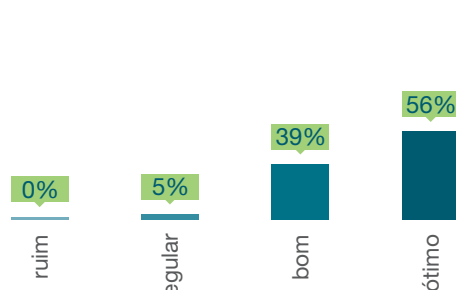
- Nova Lei de Terceirização – Lei nº 13.429/2017 – e seus reflexos para as empresas;
- Aspectos da reforma trabalhista e a contribuição sindical;
- Ofício à Anvisa protocolado em 09/12/2016 (proposição CBFarma 001/2016), referente a proposta de revisão do artigo 13, inciso II, da Portaria 802/1998, conforme Ofício 025/2016, de 5 de setembro de 2016, do Sindicato do Comércio Atacadista no Estado de Goiás (Sinat);
- Medida Provisória 754/2016 – Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico;
- PLS 513/2015 – Institui a jornada de trabalho para os profissionais farmacêuticos. Fixa a duração do trabalho dos farmacêuticos em, no máximo, 30 horas semanais;
- Desoneração de medicamentos;
- Ilegalidade na fixação da multa prevista na Lei nº 3.820/1960 no patamar máximo;
- Ilegalidade na fixação e majoração de taxas devidas aos Conselhos de Farmácia por via de ato infralegal;
- Homenagem ao Dr. Pedro Zidoi;
- Reforma tributária;
- Programa Farmácia Popular;
- Decisão Judicial do CRF – parcelamento de débitos acerca da Resolução nº 533/2010 do CFF;
- Anorexígenos – Lei nº 13.454/2017;
- Tributação das farmácias com manipulação (ISS X ICMS) – Recurso Extraordinário STF nº 605.552;
- Tratamento diferenciado das micros e pequenas empresas – possibilidade de desobrigar as farmácias de terem farmacêutico em todo o horário de funcionamento;
- Reforma trabalhista;
- Estratégias para Negociações Coletivas de Trabalho;

- PL 2.289/2015 – (Resíduos Sólidos) – Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- PL 668/2011 – (Técnico em Farmácia) – Regulamenta o exercício da profissão do Auxiliar de Farmácias e Drogarias;
- PL 98/2017 – (Fracionamento de medicamentos) – Altera a Lei do Controle Sanitário do Comércio de Medicamentos (Lei nº 5.991/1973) para tornar obrigatório o fracionamento de medicamentos, a fim de assegurar venda na quantidade prescrita, sob responsabilidade solidária dos agentes envolvidos na produção e na venda ao consumidor final; e
- Decreto nº 9.177/2017, de 23 de outubro de 2017 – Regulamenta o artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os artigos 16 e 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, e dá outras providências.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

Com foco na competitividade, CBFarma debate reformas

A convite do coordenador da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos, da CNC, Lázaro Luiz Gonzaga, o deputado Federal e vice-presidente da entidade, Laércio Oliveira, abriu os trabalhos da reunião realizada no dia 17 de maio, em Brasília. Entre os assuntos da pauta, mudanças que repercutem no meio empresarial e que são essenciais para o avanço do País, como a reforma trabalhista e a Lei de Terceirização (Lei nº 13.429/2017).

Sobre as reformas, Laércio defendeu que são alterações que o Brasil precisava realizar sem retirar direitos do trabalhador. “O custo do trabalho, acrescido de todos os encargos sociais incidentes, acabou por tornar caro o valor da mão de obra, influenciando o custo do produto final e reduzindo a competitividade nacional”,

disse. Além disso, Laércio lembrou a “questão jurídica, no campo trabalhista, que recai sobre o empresariado, causando incerteza e preocupação em relação ao futuro das companhias”.

Ele destacou razões para a modernização da legislação do trabalho, diante dos empecilhos à sobrevivência do empresário brasileiro, ao citar a insegurança jurídica perante os passivos trabalhistas no sentido mais amplo.

Reforço às Câmaras do Comércio

O vice-presidente Administrativo da CNC e presidente da Fecomércio-PR, Darci Piana, falou da renovação do trabalho da Confederação em relação às

Câmaras do Comércio, como a criação da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex) e da Câmara Brasileira de Serviços. “Queremos nos sentar e discutir a reintegração dessas câmaras, com exceção da CBCSI, que manterá sua estrutura independente, em razão de sua dimensão e de suas especificidades”, disse.

Judiciário e Legislativo

O setor farmacêutico está preocupado com ações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que interferem e dificultam atividades operacionais, complicando o trabalho das empresas. Como exemplo, a imposição de apenas uma operação entre as distribuidoras de produtos.

Como resposta, houve uma ação realizada pela CBFarma em ofício protocolado em 9 de dezembro de 2016, referente à proposta de revisão do artigo 13, inciso II, da Portaria 802/1998, conforme Ofício 025/2016, de 5 de setembro de 2016, do Sindicato do Comércio Atacadista no Estado de Goiás (Sinat).

Representando a CNC no contexto do tema, o advogado da Divisão Jurídica da Confederação Cácio Esteves ressaltou a importância da participação ativa na consulta pública das entidades que representam os diversos setores do mercado de comercialização de medicamentos, seja para permitir o aperfeiçoamento do texto proposto, seja para possível questionamento jurídico no futuro: “Para viabilizar o eventual questionamento de um ato administrativo normativo perante o Poder Judiciário, é preciso que os interessados se apresentem e identifiquem na proposta tudo o que efetivamente gera impactos negativos no interesse público, fundamentando com exemplos fáticos, se possível, de forma a possibilitar a impugnação da motiva-

ção do ato, que é um de seus elementos de legalidade”, disse Cácio Esteves.

Algumas proposições legislativas foram debatidas com a Assessoria junto ao Poder Legislativo (Apel), como o PLS 513/2015, que institui a jornada de trabalho para os farmacêuticos em no máximo 30 horas semanais; e a Medida Provisória nº 754/2016, que altera a Lei nº 10.742/2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico, deixando, por exemplo, a cargo do Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) o aumento ou a redução do preço de medicamentos, sem delimitar datas específicas para as autorizações.

Desoneração de medicamentos

Cristiano Yazbek, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), foi convidado a explicar para os membros da Câmara tópicos relevantes sobre a atual tributação incidente nos medicamentos comercializados em farmácias e drogarias, revelando que a considera regressiva, porque “penaliza o público de menor poder aquisitivo”.

Yazbek desmembrou a ilegalidade na fixação da multa prevista na Lei nº 3.820/1960, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, entre outras providências; e a ilegalidade na fixação e majoração de taxas cobradas pelos Conselhos de Farmácia, quando há mudanças em suas resoluções ou apenas de endereço. Segundo ele, para remediar a questão, há que se considerar a possibilidade de ações judiciais. Yazbek falou também da necessidade de redução da taxa de medicamentos e de “pensar em novas regras tributárias”. Ainda durante a reunião, o presidente da ABCFarma-SP, Pedro Zidoi, foi homenageado por sua atuação tanto na Câmara da CNC quanto no setor farmacêutico em geral.

Imagem: Edgar Marra



Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos debateu, na capital federal, entre outros temas, a reforma trabalhista

CBFarma discute reformas políticas



Imagem: Paulo Negreiros

Reunião contou com a participação do deputado Luiz Carlos Hauly, que falou sobre a proposta de reforma tributária

A CBFarma discutiu as reformas tributária e trabalhista, entre outros temas, em reunião promovida pela CNC em Brasília, no dia 31 de outubro. Convidado para o encontro, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) abordou os principais pontos do projeto da reforma tributária, do qual é relator.

Recepcionado pelo coordenador da CBFarma e presidente da Fecomércio-MG, Lázaro Luiz Gonzaga, Hauly propôs uma “reengenharia tributária tecnológica e de inclusão social”: “Nós estamos caminhando pelo País levando esta proposta, percorrendo 22 estados. Já passei por 170 regiões, conversando sobre a reforma tributária com segmentos econômicos, empresariais, de trabalhadores, em universidades, entre outros, divulgando-a e defendendo-a, que é uma simplificação com inclusão social”.

Atuais entraves

Hauly afirmou que o atual sistema tributário tem efeitos insanáveis. Por esse motivo, seria preciso remontar a estrutura tributária do País. Ele explicou o início do regime tributário, quando foi instituída a incidência no valor agregado cobrado sobre a circulação de mercadorias, por meio do então ICM, que posteriormente transformou-se no ICMS, incorporando alguns serviços.

Segundo ele, o erro do País foi basear seu regime tributário em três IVAs (a referência é para ICMS, IPI, PIS/Cofins), e não em um único IVA nacional, o que resultou nos atuais problemas no regime de cobrança brasileiro.

Tudo o que se tem na economia acaba sendo base tributária. “Há três bases tributárias conhecidas no mundo: a propriedade (à qual se ligam os tributos de IPTU, ITR, IPVA, ITBI, ITCI); a renda (no Brasil há dois tributos: o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e a base de consumo (com vários tributos, como ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins, IOF, contribuição para salário-educação, Cide, Pasep).” Segundo o deputado, “essa base de consumo está sobrecarregada. O sistema tributário de hoje prejudica a geração de emprego e de renda e riqueza, porque mata os negócios brasileiros”.

Além disso, o deputado apontou como prejudiciais à economia as práticas exageradas dos incentivos fiscais, da sonegação, a grande elisão (sonegação fiscal) e a corrupção.

A proposta

Em suma, a ideia é a criação de um sistema baseado no modelo europeu: composto de um IVA e o imposto seletivo (que incide somente sobre determinados produtos), cobrados na venda final.

De sua proposta, o deputado destacou as seguintes alterações: a diminuição da regressividade do consumo; um IR progressivo, dando destaque para a capacidade contributiva e proporcionando distribuição de renda e justiça fiscal; alimentos e remédios com alíquotas reduzidas; industrializar o Brasil (com a isenção nas atividades de exportação); manter o Super-simples para as micros e pequenas empresas; e o fim da guerra fiscal.

A União continuará com os tributos sobre o comércio exterior (impostos de importação e exportação), o imposto de renda, as contribuições previdenciárias e os tributos regulatórios (Cide).

As competências dos Estados e do Distrito Federal serão profundamente alteradas. O ICMS e o ISS serão incorporados ao IVA; o IPVA passará para a competência dos Municípios; e o ITCMD passará para a competência dos Municípios ou da União.

E os Municípios perderão o ISS, que será incorporado ao IVA. Por outro lado, receberão a competência do IPVA e do ITR, mas regulados por legislação federal.

Reforma trabalhista

O advogado da Divisão Sindical da CNC Roberto Lopes apresentou os principais aspectos e implicações da reforma trabalhista na vida das empresas. Uma das alterações mais valorizadas na reforma é a negociação coletiva como instrumento de solução de conflitos nas relações de trabalho. Lopes também falou da prevalência do negociado sobre o legislado, apontando o que pode ser negociado e o que não pode.



Lázaro Luiz Gonzaga, coordenador da Câmara: negociado sobre o legislado é oportunidade de avanço

Decreto para logística reversa

Cristiane Soares, da Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da CNC, explicou aos empresários do comércio farmacêutico a regulamentação do art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que diz respeito às obrigações de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes na estruturação e implementação dos sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

“Os sistemas previstos poderão ser estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro e aos demais produtos e embalagens, considerando-se o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. O objetivo do Decreto nº 9.177/2017 assegura a isonomia na fiscalização e no cumprimento das obrigações imputadas aos fabricantes, aos importadores, aos distribuidores e aos comerciantes de produtos, seus resíduos e suas embalagens sujeitos à logística reversa obrigatória”, afirmou Cristiane.

Galeria de fotos

Imagem: Edgar Marra



Imagem: Edgar Marra

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Paulo Negreiros

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Paulo Negreiros



CBMC

Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC)

Coordenador

Cláudio Elias Konz



Imagem: Márzui Estumano

Integrantes

- Aderson Santos da Frota
- Alexandre Jalles Cohim Moreira
- Antônio Carlos Aguiar
- Antônio Eustáquio Lima Saraiva
- Cláudio Araújo de Lima
- Geraldo Cordeiro
- Getúlio Nogueira de Sá
- Hiroshi Shimuta
- Jorge Gonçalves Filho
- Jorge R. Guarezi
- José Manoel de Almeida Lourenço
- José Wenceslau de Souza Júnior
- Luiz Antonio Beserra Lacerda
- Manuel de Rezende S. Correa Neto
- Marcantoni Gadelha Souza
- Marcelo Júlio V. Brasil
- Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues
- Marcos Gabriel Atchabahian
- Mauro Saccomani
- Reginaldo Alves Pio
- Ronaldo Sielichow
- Sandra Maria Rodrigues
- Sebastião de Oliveira Campos
- Sigismundo Mazurek
- Tarcísio Pires Morais
- Valdecir da Luz Barcelos
- Wagner Ferreira Mattos
- Walter Cover

Quantidade total de integrantes:

29

Outros integrantes:

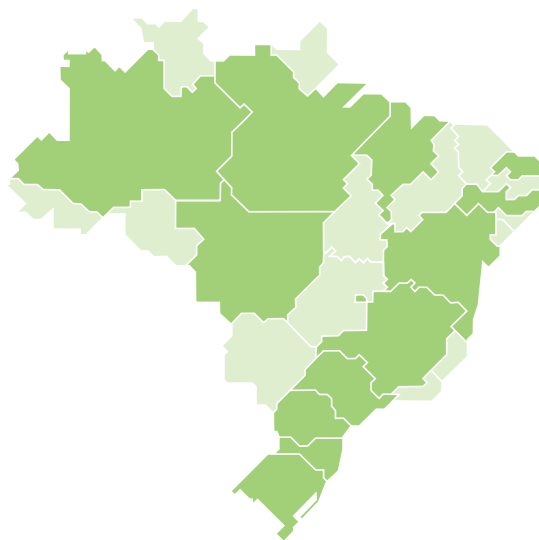
- ABRAMAT
- ACOMAC OESTE/PR
- ACOMAC/RS
- ACOMAC/CAMPINAS E REGIÃO
- ANAMACO/SP
- ANAMACO/BA
- NICOM MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
- IDV/SP
- SAINT GOBAIN DISTRIBUIÇÃO BRASIL
- GRUPO CONSTRUBRASIL
- MUNDIAL CENTER ATACADISTA

Reuniões em 2017:

14/03 – CNC/DF

09/08 – CNC/DF

Estados integrantes do Sicomércio



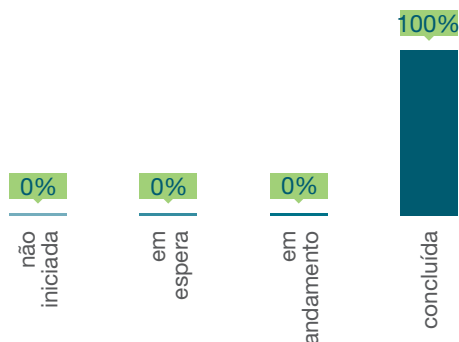
Objetivos identificados

- Reunir informações que possam auxiliar os representantes da Câmara, líderes sindicais, sobre as melhores práticas e alternativas de defesa e desenvolvimento setorial;
- Desenvolver práticas que possam contribuir com a melhoria do ambiente do varejo de materiais de construção, assim como projetos que envolvam o governo no desenvolvimento de ações como ampliação do crédito ao consumidor e taxas de juros voltadas para material de construção;
- Trabalhar, em alinhamento com o Senac, no sentido de disponibilizar treinamento e qualificação para os revendedores e seus colaboradores.

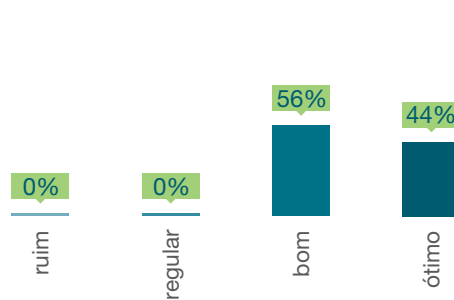
Temas abordados nas reuniões

- Cartão Reforma;
- Construcard (CEF) – Estágio;
- Reforma trabalhista – Trabalho intermitente;
- Parceria CBMC e Senac;
- Discussão sobre as novas regras do cartão de crédito;
- Extinção da cobrança compulsória; e
- Problemas jurídicos em razão de vendas de produtos fracionados – Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

Novo Cartão Reforma vai beneficiar 170 mil famílias

Cerca de 170 mil famílias serão beneficiadas com a entrada em vigor do novo Cartão Reforma, criado pela Medida Provisória nº 751/2016, editada pelo presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional. O anúncio foi feito na reunião da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC), em 14 de março, pelo diretor do Departamento de Melhoria Habitacional da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Álvaro César Lourenço.

Terão acesso pessoas com renda bruta de até R\$ 1,8 mil. A intenção do governo é liberar, de forma parcelada, ainda este ano, um bilhão de reais. Os recursos devem ser utilizados para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, à ampliação ou à conclusão de residência.

Segundo Lourenço, a iniciativa visa combater o déficit habitacional qualitativo, com a liberação, em média, de R\$ 5 mil. O Cartão Reforma é 100% subsidiado, e caberá aos Estados e Municípios fazer a seleção dos beneficiários. “Estamos falando de recursos entregues à população, não de empréstimo”, afirmou. Os comerciantes interessados em participar do programa já podem se cadastrar via internet.

Outro benefício foi anunciado na reunião: a redução dos juros cobrados no Construcard, linha de

crédito da Caixa Econômica Federal para compra de material de construção e reforma de imóveis. Os recursos disponíveis na carteira neste ano chegam a R\$ 7 bilhões, sendo 70% destinados a material de construção, e o restante, direcionados a mão de obra, revelou o superintendente nacional de Estratégia de Produtos Pessoa Física da instituição, Lessandro Thomaz.

Ainda na reunião, a gerente nacional do Construcard, Maria Fernandes Neres Senna, explicou que a operação continuará sendo feita mediante o uso de cartão magnético em 85 mil lojas credenciadas pela Caixa em todo o País. O prazo para pagamento é em até 240 meses.

Cursos do Senac

O assessor de Relações Institucionais do Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Antonio Henrique Paula, informou que a instituição redirecionou seu planejamento estratégico, criando soluções educacionais para o segmento produtivo. Conforme revelou, a entidade preparou quatro cursos específicos para atender a lojistas de material de construção.

Leia mais informações sobre a reunião em <http://migre.me/woolX>

Imagem: Márcul Estumano



Benefício foi anunciado na reunião da Câmara Brasileira de Materiais de Construção da CNC

Cartão Reforma e Construcard podem movimentar setor da construção

A Câmara Brasileira de Materiais de Construção, da CNC, promoveu em Brasília, no dia 9 de agosto, reunião para debater temas como o Construcard (linha de crédito da Caixa Econômica Federal); o Cartão Reforma; a nova legislação trabalhista – com foco no trabalho intermitente e na negociação coletiva; o fim da contribuição sindical compulsória, entre outros. A reunião foi presidida pelo coordenador da Câmara, Cláudio Elias Conz.

Presente à reunião, o diretor do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Álvaro César Lourenço, falou sobre o Cartão Reforma, benefício do governo federal que vai subsidiar reformas de imóveis de famílias de baixa renda.

Ao explicar que as vendas e os controles serão realizados via internet, Álvaro declarou que em hipótese alguma o lojista oferecerá venda sem garantia de recebimento do pagamento via internet. “O controle através da Nota Fiscal, com rastreamento desta, mostrará ao governo quais são os materiais de construção adquiridos.”

De acordo com Álvaro Lourenço, nos Estados de Rio Grande do Sul, Alagoas e Pernambuco, cerca de cem municípios serão atendidos pelo governo, por conta de desastres naturais este ano. Serão destinados recursos de mão de obra pelas Prefeituras. Já foram escolhidas em Caruaru, Pernambuco, duzentas famílias que serão beneficiadas (mesmo não se tratando de um programa social). “Estamos trabalhando com a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção, a Anamaco, para melhor qualificar as lojas de materiais de construção, visando a produtos de boa qualidade e precificação”, disse Lourenço.

Trabalho intermitente

A reunião da Câmara contou com a participação do advogado da Divisão Sindical da CNC Roberto Lopes, que apresentou os principais impactos da Lei nº 13.467/2017, que trata da reforma trabalhista, e

apontou os desafios para as empresas no que tange ao trabalho intermitente.

Como impactos imediatos, Lopes citou redução de gastos com conflitos, redução do custo do trabalho, eficiência no uso dos recursos, segurança jurídica e equilíbrio entre direitos e deveres. No médio prazo, o advogado destacou que a regulação de novos contratos e o ambiente de negócios vai ficar mais favorável, e, no longo prazo, a nova legislação vai possibilitar o aumento da formalização da mão de obra.

Por fim, sobre os desafios para as empresas, Lopes destacou que é necessário entender o novo ambiente regulatório e que as demandas para as áreas de Recursos Humanos das empresas podem aumentar, além de um novo cenário para atuação de advogados e entidades sindicais. As alterações previstas na Lei nº 13.467/2017 entram em vigor decorridos 120 dias de sua publicação, ou seja, a partir de 11 de novembro de 2017.

Contribuição sindical

Outro tópico ressaltado na reunião da CBMC foi o fim da contribuição sindical compulsória. Sobre o tema, Roberto Lopes explicou que a contribuição sindical não foi extinta; passou a ser facultativa, e não mais compulsória. “Diante dessa nova situação, caberá às entidades sindicais se mostrarem mais atrativas e representativas para angariar associados e, com isso, manter ou aumentar sua receita. Produtos e serviços poderão fazer a diferença, assim como a participação efetiva na negociação coletiva”, recomendou.



Álvaro César Lourenço, diretor do Ministério das Cidades, e Cláudio Conz, coordenador da CBMC

Imagem: Márzul Estumano

Galeria de fotos



Imagens: Márzuli Esturmano





CBTI

Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTI)

Coordenador

Francisco Saboya
Albuquerque Neto



Imagem: Paulo Rodrigues

Integrantes

- Aristóteles Félix Quintela
- Charles Dickens Ázara Amaral
- Denis Oliveira Cavalcante
- Edgar Segato Neto
- Eliezer Jorge dos Santos Júnior
- Emerson Ranyere Pantoja de Araújo
- Everaldo Pinheiro Júnior
- Jamile Sabatini Marques
- Jean Paul Neumann
- Luiz Sérgio Wozniaki
- Marcelo Tonato
- Marcos Vilela Fonseca
- Murilo Alves Neto
- Naira Maria da Silva Duarte
- Pablo Tomaz Heck
- Renato Muller da Silva Ópice Blum
- Roger Dantas Barros

Quantidade total de integrantes:

18

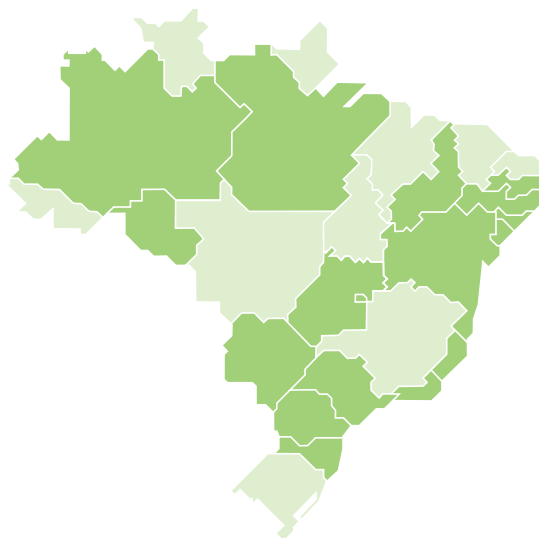
Outros integrantes:

- PORTO DIGITAL/PE

Reuniões em 2017:

05/04 – CNC/RJ

Estados
integrantes do
Sicomércio



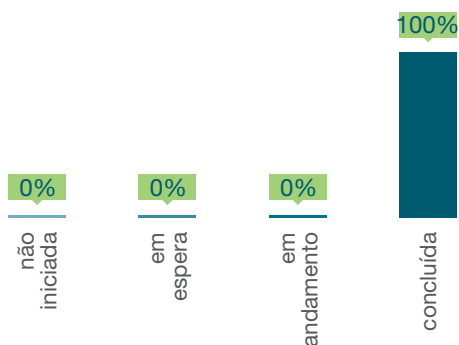
Objetivos identificados

- Contribuir para o aprimoramento do Marco Regulatório que rege o comércio eletrônico no País;
- Aprofundar a compreensão da dinâmica, das perspectivas e dos impactos do comércio eletrônico sobre a atividade do comércio no País;
- Formular diretrizes para o desenvolvimento de programas e projetos de TIC da CNC e suas entidades afiliadas.

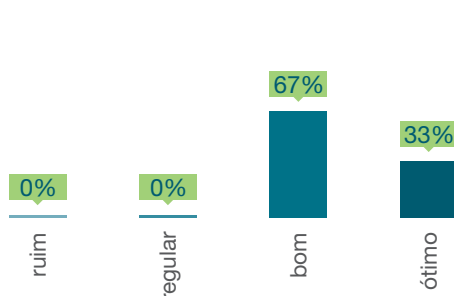
Temas abordados nas reuniões

- PL 4.060/2012 – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e dá outras providências;
- PL 5.276/2016 – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural;
- PLS 330/2013 – Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais;
- PL 1.933/2011 – Disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços por meio de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas em todo o País e dá outras providências;
- PL 3.356/2000 – Dispõe sobre a oferta de serviços através de redes de informação;
- PLS 5.074/2013 – Dispõe sobre a tipificação criminal da difusão do vírus de computador;
- PL 5.149/2013 – Obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para realização de serviços ou entrega de produtos aos consumidores;
- PL 5.179/2013 – Obriga a devolução em dobro do valor pago por produto adquirido pela internet quando não entregue na data marcada;
- PL 5.470/2009 – Obriga as pessoas jurídicas de direito privado a fazerem constar de suas páginas da internet sua razão social, seu número no registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e endereço da sede e sucursais, e dá outras providências;
- PL 5.903/2005 – Dispõe sobre o uso dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a implantação do serviço de acesso à internet aos cidadãos pelos Municípios;
- PL 319/2015 – Acresce §§ 1º e 2º ao art. 35 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para regulamentar o estorno de valores em caso de desistência da compra após o pagamento e antes do procedimento de transporte, ou não havendo disponibilidade do produto em estoque;
- PL 3.065/2015 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Analista de Sistemas, Desenvolvedor, Engenheiro de Sistemas, Analista de Redes, Administrador de Banco de Dados, Suporte e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências; e
- PL 6.252/2015 – Altera os §§ 5º e 6º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), para dispor sobre margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas nacionais.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

CBTI vê lacunas na regulação da coleta de dados pessoais

Os integrantes da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação reuniram-se em 5 de abril, na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Rio de Janeiro, para debater os principais Projetos de Lei que envolvem aspectos relacionados ao setor de tecnologia da informação. Segundo o coordenador da CBTI, Francisco Saboya, a pauta da reunião, essencialmente legislativa, mostra que “a CNC está inserida em uma discussão que é extremamente importante e atual no País em relação ao segmento”.

O assessor Legislativo da CNC Elielson Gonçalves falou sobre os Projetos de Lei (PLs) em tramitação no Congresso, além de apresentar a organização do acompanhamento destes no Sistema Renalegis.

Tratamento de dados pessoais

Dentre os Projetos de Lei abordados na reunião da CBTI estiveram o PL nº 4.060/2012, o PL 5.276/2016 e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 330/2013, que tratam da regulamentação da coleta de dados pessoais de usuários. Segundo Elielson, o PL 4.060 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, mas não especifica de modo taxativo o que são esses dados. “Sem essa definição, fica difícil saber a que o Projeto se refere como dados pessoais. Uma interpretação errada



Imagem: Paulo Rodrigues

Integrantes da CBTI se reuniram para discutir o andamento de projetos em tramitação no Congresso

poderia trazer consequências para os empresários do setor”, afirmou.

Segundo Francisco Saboya, o tema precisa ser acompanhado de perto, pois se faz necessária a discussão sobre um marco regulatório para a coleta de dados, para proteção de empresas e consumidores, sem ônus para ambas as partes. Elielson informou também que o PL 5.276, de 2016, de autoria do Executivo e que dispõe sobre o mesmo tema, já foi apensado ao PL 4.060.

Veja mais sobre a reunião da CBTI em <http://bit.ly/CBTI4>

Galeria de fotos



Imagens: Paulo Rodrigues





CBCGal

Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGal)

Coordenador

João Francisco Micelli Vieira



Imagem: Márzul Estumano

Integrantes

- Adriano Manoel dos Santos
- Alessandro Morbeck Teixeira
- Álvaro Luiz Bruzadin Furtado
- Antonio Deliza Neto
- Antônio Righi
- Aureo Francisco Akito Ikeda
- Cesar Moro Tozetto
- Cesion do Nascimento Pereira
- Djalma Farias Cintra Júnior
- Douglas de Souza Soares
- Franklin Roosevelt de Oliveira
- Gilson de Deus Lopes
- Ivo José Zaffari
- José de Sousa Vieira
- José Reni Milanezi dos Santos
- Luís Antonio dos Santos
- Manoel Barbosa
- Marcio Milan
- Marcos Tasso
- Moacir Tavares dos Santos
- Paulo Hermínio Pennacchi
- Sérgio Murilo de A. Freitas
- Valmir Muller

Quantidade total de integrantes:

24

Outros integrantes:

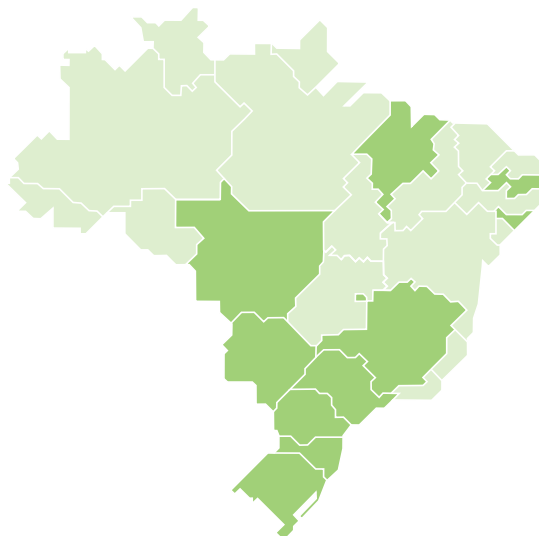
- ABRAS
- ADAC/SC
- ATACADÃO
- CARREFOUR
- CIA ZAFFARI
- FACEP-PE
- GRUPO PÃO DE AÇÚCAR
- SUPERMERCADO RIGHI

Reuniões em 2017:

27/06 – CNC/DF

19/10 – CNC/DF

Estados integrantes do Sicomércio



Objetivos identificados

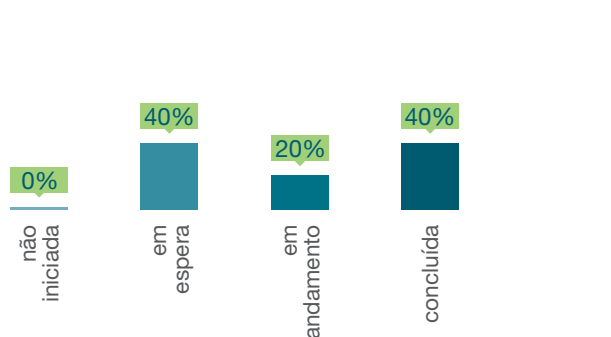
- Identificar as demandas de mercado;
- Reconhecer as prioridades;
- Alinhar ideias e interesses da categoria econômica;
- Assegurar às empresas melhores condições para gerar resultados positivos e desenvolvimento social;
- Defender interesses nas diferentes instâncias e poderes, de modo a contribuir para a proteção e a longevidade da categoria econômica de Gêneros Alimentícios no País.

Temas abordados nas reuniões

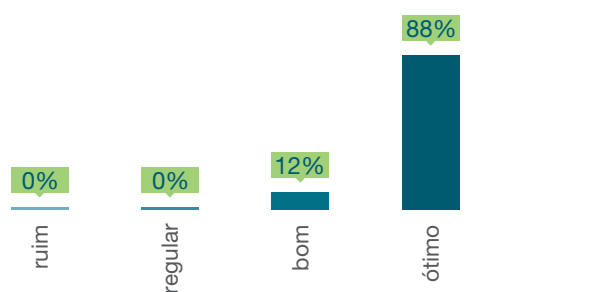
- Panorama político e econômico sobre o cenário do setor de gêneros alimentícios e tendências para o comércio;
- Emissão de Cupom Fiscal;
- Implicações da Reforma Trabalhista para empresas e entidades empresariais;
- Qualificação profissional;
- Mudanças na legislação sobre contribuição sindical – impactos e soluções;
- PL 91/2015 – Dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que “Dispõe a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor”, com a finalidade de proteger o consumidor, ao determinar a inclusão da data de vencimento do produto no seu respectivo código de barras, utilizando na sua identificação nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais;
- PLS 173/2015 – Regulamenta o § 4º do art. 239 da Constituição, para dispor sobre a contribuição adicional para custeio do seguro-desemprego em função de rotatividade da mão de obra;
- PL 2.092/2015 – Acrescenta novos §§ 2º e 3º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para disciplinar as informações devidas ao consumidor relativas a majorações de preços de serviços continuados, e dá outras providências;
- PL 419/2011 – Regulamenta a venda de compostos líquidos prontos para consumo;
- PL 7.627/2017 – Obriga os supermercados, hipermercados e similares a oferecerem, em local específico, os produtos alimentícios que comercializam, destinados e/ou indicados para diabéticos e hipertensos, e dá outras providências;
- Reforma Trabalhista;
- Decreto nº 9.127/2017 – Altera o Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, para incluir o comércio varejista de supermercados e de hipermercados no rol de atividades autorizadas a funcionar permanentemente aos domingos e aos feriados civis e religiosos;
- Lei Eleitoral nº 9.504/1997, artigo 98, e Resolução TSE nº 22.747/2008, em que reza que quem for convocado e trabalhar nos dias de eleições terá direito a descanso remunerado equivalente ao dobro dos dias de convocação pela Justiça Eleitoral;
- Logística Reversa;
- NR – 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- Atuação da CNC na regulamentação do cartão de crédito no Brasil;
- PL 7.713/2017 – Obriga os estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária a divulgar informações sobre a última fiscalização sanitária a que foram submetidos e determina que os estabelecimentos que manipulam alimentos instalem câmara de monitoramento na área de produção;
- PL 8.485/2017 – Dispõe sobre o direito do consumidor que detectar um produto exposto à venda com o prazo de validade vencido, de receber outro produto igual ou similar gratuitamente;

- PL 5.235/2016 – Proíbe os estabelecimentos comerciais, bares, restaurantes, lanchonetes e afins de comercialização de alimentos prontos para consumo a cobrança da embalagem para o transporte dos alimentos remanescentes dos pratos requeridos pelos consumidores;
- PL 1.305/2015 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do setor alimentício informarem as datas de abertura e de expiração da validade dos produtos disponibilizados para o consumidor;
- PL 4.249/2015 – Acrescenta o inciso XIV no art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para proibir placas que contrariem direitos do consumidor, como as que dizem que o estabelecimento não se responsabiliza por pertences deixados no interior dos veículos;
- PL 8.675/2017 – Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a comercialização de bebidas processadas adicionadas de açúcar; e
- PL 2.415/2015 – Dispõe sobre informações relativas ao prazo de validade dos produtos oferecidos aos consumidores.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

Câmara de gêneros alimentícios debate temas de impacto no setor

A Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGal) realizou, na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Brasília, no dia 27 de junho, uma reunião em que se discutiu o panorama político-econômico na cadeia de gêneros alimentícios, a qualificação profissional oferecida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a reforma trabalhista, matérias legislativas, entre outros assuntos de prioridade do setor.

Sobre o panorama econômico, o economista da CNC Fabio Bentes destacou sinais de recuperação do varejo brasileiro no curto prazo, considerando-se a desaceleração da inflação, a queda dos juros e a disponibilização de recursos extraordinários sacados das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), confirmando expectativas ligeiramente otimistas em relação ao ano passado. Segundo Bentes, “os dados da economia brasileira revelados pelo IBGE apresentaram dois anos de queda consecutiva do PIB, e agora pode ser que o pior tenha ficado para trás”.

Nesse contexto, o economista ressaltou a importância do comércio no País: “O comércio é responsável por 11% do PIB”. Apesar das expectativas, contudo, a recuperação mais consistente dependerá de outros fatores, como a elevação dos investimentos e dos estoques, acompanhada pelo aumento do emprego e da renda.

Alerta sobre ajustes de preços

Fabio Bentes externou preocupação com o segmento e com o futuro da economia quando disse: “No ano passado foram fechados 34.700 estabelecimentos comerciais no varejo de alimentos – hiper e supermercados. Por conta desses registros e do elevado desemprego, sabemos que a recuperação da economia será lenta”. E contextualizou, afirmando que, diante do

mercado doméstico bastante enfraquecido, se o comércio quiser recuperar margens, o movimento não deverá se dar pela elevação dos preços.

Para Bentes, a taxa de câmbio não deverá se constituir num problema, porque tem havido entrada de dólares pelos investimentos diretos, as exportações estão crescentes e o saldo comercial vai ser muito favorável. Por isso, hoje o mercado trabalha com a cotação de US\$ 1 igual a R\$ 3,32 para o final do ano. Além disso, citou a trajetória de queda dos juros como outro fator positivo.

Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica

Izís Janote, também economista da CNC, falou sobre a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), que está sendo implantada em todos os Estados do País. O escopo da NFC-e modelo 65 são as operações comerciais de venda presencial ou para entrega em domicílio ao consumidor final, pessoas físicas ou jurídicas não contribuintes do ICMS.

Entre os principais benefícios esperados com a NFC-e para as empresas contribuintes, Izís destacou: dispensa de uso obrigatório de equipamento fiscal para emissão das notas, redução de gastos com papel, não exigência de homologação de hardware ou software, transmissão da NFC-e em tempo real, entre outros.

Reforma trabalhista – impacto nas empresas

Sobre a reforma trabalhista, o professor da USP e consultor da CNC, José Pastore, disse “que hoje a nossa legislação é engessada para quaisquer acordos entre empregador e trabalhador”. “Esse é o panorama atual da legislação trabalhista nacional, e a reforma pode modificar positivamente isso”, complementou o vice-presidente da CNC Laércio Oliveira.

José Pastore abordou comparativos como a negociação em alguns países onde há troca de remunera-

ção por eficiência e produtividade. E apontou alguns impactos positivos nas empresas: redução do custo de trabalho, maior segurança jurídica, eficiência no uso de recursos, redução de conflitos (jurídicos) e equilíbrio entre direitos e deveres.

A reforma permite negociar: jornada de trabalho, banco de horas, período intrajornada, teletrabalho, feriados, produtividade, incentivos, entre outros (cerca de 15 direitos).

É importante lembrar que a regulamentação na terceirização trouxe avanços importantes e melhorou a proteção dos empregados das empresas contratadas. Além disso, a reforma trabalhista prevê que um empregado dispensado de uma empresa contratante só poderá trabalhar em uma contratada pela primeira depois de 18 meses. Trata-se de um cuidado para evitar fraudes e uma *pejotização* generalizada.

O papel do Senac como agente de qualificação profissional

Na reunião, José Paulo da Rosa, diretor Regional do Senac-RS, apresentou palestra sobre a origem e a atuação do Senac (principal agente de qualificação profissional no comércio de bens, serviços e turismo), em 1946.

Ele exemplificou o Programa de Aprendizagem do Senac em cursos a distância, que atende alunos de 14 a 24 anos de idade matriculados em cursos regulares.

“É possível mesclar a aprendizagem a distância (EAD) com as atividades na empresa. No segmento dos supermercados, matriculamos, em 2016, cerca de 42 mil alunos em âmbito nacional”, informou Paulo da Rosa, ao se colocar à disposição para tirar dúvidas dos empresários quanto à qualificação de seus trabalhadores.

Imagem: Márzulo Estumano



Câmara de gêneros alimentícios da CNC debate o momento econômico, que afeta atividades do setor

Reforma trabalhista e desafios da logística reversa em debate na CBCGal

A reforma trabalhista e seus reflexos no meio corporativo concentraram grande parte dos debates na última reunião do ano da CBCGal, em 19 de outubro, em Brasília. O juiz do trabalho Rodrigo Trindade foi convidado a analisar a reforma trabalhista. De acordo com o magistrado, a grande preocupação no meio jurídico em relação à reforma é a gama de interpretações que as modificações podem gerar.

Em contrapartida, o advogado trabalhista do Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Rio Grande do Sul (Sindicênors-RS) especializado em Direito Coletivo no Trabalho, Flávio Obino, alertou para a legislação atual, que é engessada para acordos entre empregador e trabalhador, e para a possibilidade de a reforma modificar positivamente esse fator.

“A reforma permite negociar jornada de trabalho, teletrabalho, feriados, produtividade, incentivos e muitos outros direitos que podem permitir avanços para o pequeno e o médio empreendedor e para o trabalhador”, disse.

Os empresários ouviram também a exposição do superintendente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Marcio Milan, sobre o andamento da instalação dos Postos de Entrega Voluntária (PEVs) de resíduos no País e os próximos desafios sobre o acordo setorial para implantação do sistema de logística reversa de embalagens. “O acordo, teoricamente, é simples. Ele diz que o varejo precisa instalar os PEVs e que o setor empresarial precisa triplicá-los e consolidá-los; e esse trabalho deve ser feito em parceria com as cooperativas”, explicou.

Imagem: Márzui Estumano



Empresários também debateram a atuação da CNC na regulamentação do cartão de crédito, a inclusão do comércio varejista no rol de atividades autorizadas a funcionar aos domingos e feriados e o PL 91/2015, que pretende incluir a data de vencimento do produto no respectivo código de barras

Galeria de fotos



Imagens: Márzui Estumano



The background features a complex geometric pattern of overlapping shapes and lines. A large green area is divided by white lines into various polygons. To the right, a light blue area is also defined by white lines. In the bottom-left corner, there is a dark teal area with white lines. The overall composition is abstract and modern.

CBCPave

Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave)

Coordenador

Wanderley Antonio Nogueira



Imagem: Christina Bocayuva

Integrantes

- Alberes Haniery Patrício Lopes
- Erivelton Moura
- Francisco Wagner de La Torre
- Gerson Nunes Lopes
- Helton Andrade
- Itamar Manso Maciel Júnior
- José Carlos de Santana
- José Lino Sepulcri
- Márcio Olívio Fernandes da Costa
- Osmar Santana Lima
- Ranieri Palmeira Leitão
- Rodrigo Francisco Araújo Carneiro
- Rodrigo Otávio Carvalho Moreira
- Sérgio Lúcio de Andrade
- Valdemir A. do Nascimento
- Walter de Oliveira

Quantidade total de integrantes:

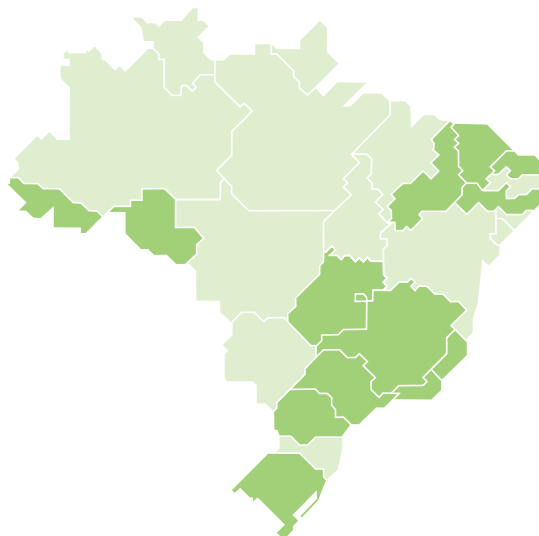
17

Reuniões em 2017:

07/06 – CNC/RJ

08/11 – CNC/RJ

Estados integrantes do Sicomércio



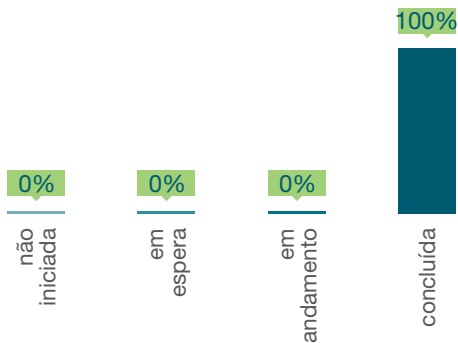
Objetivos identificados

- Discutir o novo cenário político e econômico e seus impactos para o segmento de peças e acessórios para veículos;
- Manter os debates sobre a Margem de Valor Agregado (MVA) do ICMS, procurando soluções nos Estados, bem como retornar as discussões sobre a “Inspeção Técnica Veicular” (ITV);
- Alinhamento de ações do setor para o acordo setorial sobre Logística Reversa;
- Acompanhamento das matérias legislativas de interesse do setor;
- Levantamentos de novas demandas do setor de peças e acessórios para veículos.

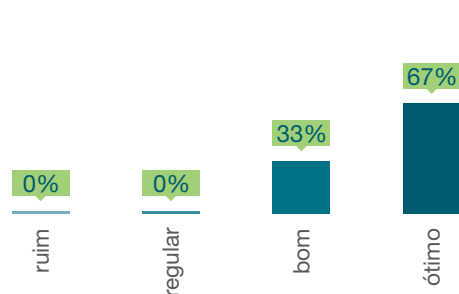
Temas abordados nas reuniões

- Margem de Valor Agregado (MVA):
 - Alteração das concessionárias
 - Julgamento pelo STF sobre o regime de substituição tributária e ICMS
- Resolução nº 611, de 24 de maio de 2016 – Regulamenta a Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 4º do art. 1º da Resolução Contran nº 11, de 23 de janeiro de 1998, e dá outras providências;
- Logística Reversa de baterias inservíveis chumbo-ácido e outros;
- PL 4.821/2016 – Obriga o fabricante e o importador de automóvel ou motocicleta a disponibilizar, em meio digital, relação contendo denominação e código de referência das peças que compõem o veículo;
- PL 119/2015 – Obriga, no âmbito do Estado de Mato Grosso, as concessionárias de veículos importados a manterem em seu estoque peças de reposição e mão de obra qualificada em suas oficinas para atender ao consumidor;
- Contribuição sindical patronal – Extinção;
- Reforma Trabalhista: Exposição sobre a atuação da CNC em relação à obtenção de uma alternativa legal para manter o financiamento dos Sindicatos patronais;
- Confaz – Atuação/status da atual Convalidação dos Benefícios Fiscais aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência da República, em fase de detalhamento;
- Inspeção Técnica Veicular (ITV);
- Andamento do Ofício encaminhado ao Denatran referente à “Resolução Contran nº 611/2016”;
- Empresas enquadradas no MEI: Vendas para fora do Estado, incidência de ST/MVA;
- Resultado do material preparado pela Divisão Jurídica da CNC para subsidiar o pleito dos Sindicatos às Federações de seus Estados para atuarem perante as Secretarias Estaduais de Fazenda, buscando o estabelecimento da regulamentação das restituições do ICMS recolhido a maior na substituição tributária; e
- Indicação de integrante da CBCPave para participação nos Grupos Temáticos: Grupo de Alto Nível – Mobilidade e Logística (GAN 2030).

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comunicações da Câmara

CBCPave debate restituição de ICMS pago antecipadamente



Imagem: Christina Bocayuva

A Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizou, no dia 7 de junho, no Rio de Janeiro, mais uma reunião para avaliação dos temas de interesse do segmento.

Alguns dos pontos abordados foram a fixação da Margem de Valor Agregado (MVA) para fins de pagamento do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), na modalidade de substituição tributária, e a interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto.

Cácito Esteves, advogado da Divisão Jurídica da Confederação, explicou que o Supremo decidiu, em outubro do ano passado, que as empresas que pagam a substituição tributária antecipadamente têm direito à

restituição do ICMS quando o cálculo efetivo da operação for menor que o presumido e recolhido antecipadamente. Em outras palavras, a MVA é presumida para se calcular o imposto sobre uma operação que ocorre depois, e, quando a Margem for superior à praticada pelo estabelecimento, o valor pode ser ressarcido, por parte dos Estados, do ICMS pago a maior.

A decisão do Supremo foi resultado do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 593849, com repercussão geral reconhecida, em que se discutia justamente o sistema de substituição tributária do ICMS. Com o Acórdão, o STF modulou os efeitos do julgamento para nortear todos os litígios judiciais pendentes submetidos à sistemática da repercussão geral e também os casos futuros oriundos de antecipação do pagamento de fato gerador presumido.

“No Supremo, formou-se um entendimento que modifica o sistema de substituição tributária e a própria Lei Complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias, entre outros pontos”, afirmou Cécito. De acordo com o advogado, a modificação do entendimento pode causar impacto grande nas Secretarias Estaduais de Fazenda. Ainda segundo o especialista, a própria Lei Kandir, em seu artigo 10, reitera a Constituição Federal ao afirmar que há direito à restituição correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

Segundo o coordenador da CBCPave, Wanderley Antonio Nogueira, essa é uma discussão que se iniciou na Câmara, mas que se estende também a outras categorias econômicas. “É importante levar essas discussões até as Federações do Comércio estaduais, para que todo o setor esteja preparado para esse movimento e possa haver uma resolução adequada, uma vez que o assunto impacta todos”, afirmou Wanderley, que também é presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios para Veículos no Estado do Paraná (Sincopeças-PR).

Resolução do Contran

O advogado Cécito Esteves também abordou a Resolução nº 611 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que regulamenta a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres. Segundo ele, apesar de a medida tratar o tema de forma satisfatória em geral, o ato administrativo normativo estabelece uma restrição no comércio de autopeças usadas, podendo estas ser vendidas apenas para o consumidor final, para empresas com a mesma finalidade ou para empresas de reciclagem. “Não

existe essa restrição em nenhum dispositivo legal. Por isso, o ato normativo está indo muito além de seus limites, que é o de apenas viabilizar a atuação administrativa imposta pela Lei”, afirmou Cécito, ressaltando, ainda, que os artigos 13, 14 e 17 da Resolução, os quais tratam de assuntos relativos a notas fiscais, também passam dos limites, ao criar obrigações fiscais que são de competência apenas das autoridades fiscais estaduais, o que pode gerar problemas para os empresários.

Francisco de La Torre, presidente do Sincopeças-SP, afirmou que uma câmara temática no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), da qual a CNC faz parte, já discute de forma geral a Lei nº 12.977, de 2014, conhecida como Lei do Desmonte. “Poderíamos manifestar a nossa posição ao Denatran para tratar essa questão da restrição criada pelo Contran”, afirmou de La Torre.

Logística reversa de baterias

Cristiane Soares, da Assessoria de Gestão das Representações (AGR), falou sobre o processo de logística reversa para baterias de veículos automotores. Segundo a assessora, estaria sendo formulada uma proposta de acordo setorial, mas o atual cenário político, com mudanças internas no Ministério do Meio Ambiente (MMA), dificultou o andamento do processo. “No momento, essa não é uma logística prioritária para o governo, que ainda está com foco voltado para a logística reversa de medicamentos e de equipamentos eletrônicos”, disse Cristiane.

A princípio, segundo ela, a logística não traz grandes riscos para o setor de autopeças, pois as obrigações seriam similares ao recebimento das baterias do fabricante. No entanto, a partir do momento da ratificação do acordo, seriam estabelecidas metas de recebimento pelo varejo, o que é ruim para o setor, já que as baterias são trocadas em oficinas mecânicas, e não na loja. “Isso cria uma responsabilidade que não é do lojista. Então, o ideal seria incluir também as oficinas no acordo”, afirmou Cristiane, dizendo, ainda, que foi realizado um questionamento ao MMA e à Advocacia-Geral da União sobre qual o verdadeiro papel da Confederação nos acordos de logística reversa, uma vez que a CNC é uma entidade sindical e atua apenas como interlocutora.

Imagem: Christina Bocayuva



Wanderley Nogueira, coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos da CNC: debates e conteúdos devem ser levados para as Federações do Comércio estaduais

Lei que convalida incentivos fiscais via ICMS em análise

Imagem: Christina Bocayuva



Para os membros da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos da CNC, Lei 160/2017 deve ser acompanhada de perto

A Lei Complementar nº 160/2017, que convalida os incentivos fiscais relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidos pelos Estados a empresas, foi um dos temas abordados na reunião que a CBCPave, órgão consultivo da CNC, realizou em 8 de novembro, no Rio de Janeiro.

A concessão de incentivos do ICMS gerou uma concorrência entre os Estados para a atração de investimentos, e muitos convênios foram formalizados sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que exige unanimidade dos secretários de Fazenda estaduais para convalidar os benefícios fiscais. Os convênios sem aprovação do colegiado foram objeto de ações no Supremo Tribunal Federal (STF).

Publicada no *Diário Oficial da União* no dia 8 de agosto, a Lei tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130/2014. O texto, modificado na Câmara e aprovado como substitutivo, também altera as regras para aval de novos estímulos fiscais pelo Confaz, com mudança da exigência de unanimidade para aprovar. Atualmente, aguarda no próprio conselho o detalhamento de sua aplicabilidade.

“São milhões em jogo, que podem afetar muitas empresas. Precisamos da regulamentação do assunto. É preciso estar perto do Confaz, dado que já foi difícil a aprovação do assunto no Congresso Nacional”, disse Rodrigo Araújo Carneiro, do Sindicato do Comércio Atacadista Importador, Exportador e Distribuidor de Peças, Rolamentos, Acessórios e Componentes para Indústria e para Veículos no Estado de São Paulo (Sicap-SP). Já Maurício Ribeiro de Paiva, presidente do Sincopeças-GO, falou sobre o Projeto 21, iniciativa apoiada por entidades goianas, como o próprio Sincopeças-GO e a Fecomércio-GO, contra a redução de benefícios fiscais por parte do governo estadual. “Não houve tempo de adaptação. As empresas do Estado, de repente, viram-se em uma situação preocupante”, afirmou Paiva.

Ao fim do debate, foi consenso entre os empresários do setor de autopeças que é importante promover um acompanhamento próximo da evolução do assunto no Confaz e na Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (Cotepe).

Atuação do Confaz

Ary Jorge Soares, da Divisão Jurídica da CNC, também abordou a Lei Complementar (LC) nº 160 durante a reunião da Câmara. Ele destacou que caberá ao Confaz atuar diante dos entes federados, com a possível edição de convênio, nos termos da Lei Complementar nº 24/1975, para normatizar a matéria, em uma clara tentativa de acabar com a chamada “guerra fiscal” existente entre os Estados. A novidade da LC 160/2017 é que, para ocorrer a deliberação e aprovação do assunto no Conselho, não será mais necessária a unanimidade dos votos, bastando que 2/3 das unidades federadas ratifiquem seus votos favoráveis, 1/3 delas devendo ser integrantes de cada uma das cinco regiões do País. Ainda de acordo com o advogado, e segundo a Lei Complementar, os Estados devem publicar a relação de todos os atos normativos referentes a incentivos fiscais, bem como publicar a Lei nos Estados de origem quanto à remissão dos valores para a concreta produção dos efeitos nos Estados de destino.

Rota 2030 e capacitação no setor de autopeças

Cássio Rabello, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), falou aos membros da CBCPave sobre o Rota 2030, programa de políticas de fomento para o setor automobilístico que substituirá o Inovar-Auto. Cássio explicou que um dos objetivos do Rota 2030 é sanar questionamentos que levaram a Organização Mundial do Comércio (OMC) a condenar o Inovar-Auto, em vigor até 31 de dezembro, como a exigência de insumos locais na produção do setor.

Rabello afirmou que foram estruturados seis grupos temáticos no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que produziram subsídios para uma proposta de lei para regulamentar o programa, atualmente em análise no próprio MDIC, no Ministério da Fazenda e na Casa Civil. Segundo ele, o programa possui um regime específico de arquitetura de ações voltado para montadoras e comercializadoras de autopeças, com subsídios tributários para o segmento. “A indústria de autopeças tem

ganhado destaque no Rota 2030, porque, ao falar em modernização, é necessário falar em capacitar as empresas para atender ao mercado externo”, complementou Samy Kopit, também da ABDI.

Foi analisada, ainda, durante a reunião da CBCPave, a estrutura do chamado GAN 2030 – Grupo de Alto Nível – Mobilidade e Logística, criado pelo MDIC para debater os desafios da indústria automotiva nos próximos 15 anos e recomendar ações para reforço da competitividade da cadeia de valor do setor automotivo. O GAN conta com seis Grupos de Trabalho: Reestruturação da cadeia de autopeças e apoio ao acesso ao mercado para as pequenas e médias empresas; P&D e engenharia, envolvendo conectividade e manufatura avançada; Eficiência energética e novas tecnologias de motorização e seu alinhamento com as políticas de emissões e biocombustíveis; Segurança ao longo do ciclo de vida do veículo; Produção em baixos volumes, envolvendo veículos e sistemas automotivos estratégicos; e Estrutura de custos para integração competitiva.

Será viabilizada a participação de integrante da CBCPave nos Grupos de Trabalho que integram o GAN 2030. Cássia Marques, da Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da Confederação, ficou responsável pelo processo.

Por fim, Eduardo Tosta, coordenador de Comércio e Serviços da Agência, apresentou o projeto Laboratório de Varejo, iniciativa da ABDI, em parceria com a Associação Brasileira de Franchising (ABF) e o MDIC, para aprimorar o ecossistema de inovação do varejo brasileiro.

Reforma trabalhista

Ainda durante a reunião da CBCPave, Roberto Lopes, da Divisão Sindical da CNC, detalhou a Lei nº 13.467/2017, em vigor desde 11 de novembro, que promove mudanças significativas nas relações do trabalho. De acordo com Lopes, um dos grandes avanços da Lei é a valorização da negociação coletiva como instrumento de regulamentação das condições de trabalho, sem a extinção de direitos dos trabalhadores. O advogado também explanou a contribuição sindical – que, pela reforma, passou a ser facultativa – e seus reflexos na organização sindical.

Galeria de fotos



Imagens: Christina Bocayuva





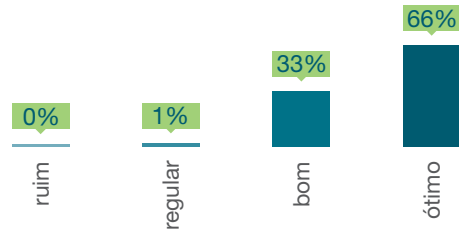
Informações Gerenciais

Resumo

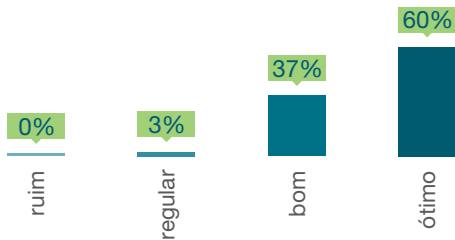
Gestão das proposições das Câmaras



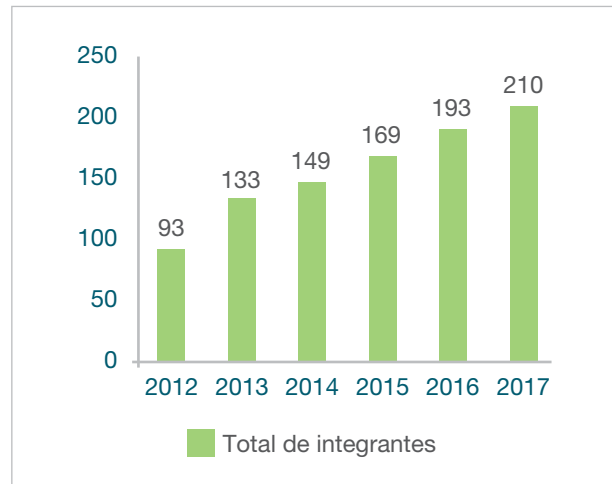
Avaliação geral das reuniões



Atuação da CNC no tratamento das demandas das Câmaras



Evolução da Composição das Câmaras (2012-2017)



Publicação impressa na Gráfica Ultraset.
Rio de Janeiro, 2018.

Impresso em papel Couché Matte 115g/m².
Tipo Adobe Garamond Pro 11pt.